



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA N.º 67

Aos treze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e sete, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na Quarta reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, e com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, António Sousa Dinis Correia, Artur Lopes Lobo, José Alberto Martins de Carvalho, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18.00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Carlos Manuel da Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir retomou-se a apreciação e discussão do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal, no seguinte objectivo:

OBJECTIVO 06 SANEAMENTO

Vogal António Salavessa:

"No que diz respeito aos resíduos sólidos e higiene pública evito, deliberadamente, repetir tudo o que afirmei no passado. Mas continuo a considerar um escândalo a concessão da recolha do lixo a uma empresa privada, um escândalo com custos agravados para o município. Espero, ansiosamente pela discussão do relatório e contas, na Sessão de Abril, para o poder demonstrar. Aliás, este é o objectivo em que mais transparece a demissão da Câmara no que diz respeito às suas competências próprias, pois também o destinos dos resíduos sólidos e dos efluentes líquidos passarão a ser determinados por outras duas empresas de direito privado, a SIMRIA e a ERSUC. Na Câmara, neste objectivo, restam apenas os cemitérios, e estes quem sabe um dia... Há várias questões deste objectivo que se cruzam com o Plano Pluri-anual de Investimentos dos Serviços Municipalizados e a elas regressaremos na altura da discussão daquele documento.

Uma última questão, a recolha selectiva dos resíduos sólidos não está referenciada no Plano como prestação de serviços pelo que tenha que perguntar quem a vai fazer. É que, da leitura da acta do ano passado, resulta claro que a separação dos resíduos sólidos é da responsabilidade da empresa que recebeu a concessão."

OBJECTIVO 07 - PROTECÇÃO CIVIL

Vogal António Salavessa:

Um exemplar do plano Municipal de emergência de Vila Franca de Xira, penso que é obviamente uma referência a ter em conta na elaboração dos planos. Se o Município foi ver o aterro ao Seixal também pode certamente olhar para o plano de emergência de Vila Franca de Xira e tirar daí as conclusões. Quando fiz a oferta desse plano ao Sr Vereador, o objectivo fundamental era o seguinte: era mostrar que o Município de Vila Franca de Xira deu qualidade de regulamento Municipal ao Plano de emergência; e ao dar essa qualidade de regulamento Municipal, levou a que o plano fosse conhecido e discutido na Assembleia Municipal de Vila Franca onde foi aprovado por unanimidade. Portanto queria com isto sugerir ao Sr. Vereador e à Câmara para que façam o mesmo. Para que façam do plano Municipal de emergência, um regulamento Municipal para que ele possa aqui ser apreciado."

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, eu hoje não podia deixar de referenciar a todos os presentes, que é o dia de S. Gonçalinho, portanto é preciso que saibam que é realmente a festa mais popular de Aveiro. Eu gostava de chamar a atenção que nós temos aqui muito perto, uma pista de aterragem de ultraleves, não se já alguma vez isto foi questionado, mas todos tivemos conhecimento e que ainda não vai há muito tempo, que numa aterragem ou num levantamento, houve um ultraleve que caiu sobre a estrada, e tivemos muita sorte em não ter caído em cima dum automóvel, eu gostava de saber se em termos de segurança pública ou de prevenção, se alguma coisa terá sido feita ou pensam fazer."

Vereador Tenente-Coronel Albuquerque Pinto:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre a Protecção Civil, Plano de emergência, plano municipal de emergência, eu tenho a dizer o seguinte: há neste momento em Portugal há meia dúzia no máximo de Câmaras que têm o Plano Municipal de emergência pronto. O nosso está na fase final de revisão. É verdade que o Sr. Salavessa e muito lhe agradeço, me ofereceu um exemplar do Plano Municipal de Vila Franca de Xira, que está formalmente bem, porque o Plano Municipal ou Nacional ou Distritais ou os Municipais, não são mais que em termos formais do que um plano de operações. Tem o articulado de uma ordem de operações, portanto é muito simples, tem a circulação, tem a execução, tem a administração logística, tem o comando e transmissões. O nosso está feito em conformidade com esse tipo de documento, está adaptado à nossa realidade, foi a tradução no fundo do Plano Nacional em termos formais e adaptado à nossa realidade. Está como disse em vias de conclusão, está em revisão mais exactamente. Quanto à questão colocada pelo Sr. Barbosa, o que existe ali na Promaceira, é uma pista

de aterragem para aeronaves ligeiras, portanto para ultraleves, é uma pista que não tem nada a haver com o nosso aeródromo municipal, era o Clube de Aveiro, nós já colocámos várias vezes a questão sobre a segurança daquela pista, quem autorizou a instalação daquela infraestrutura, chamemos-lhe assim, foi o Governo Civil, e está implantada no domínio público marítimo. Quando aconteceu esse acidente que o Sr. referiu, eu entrei em contacto com o Presidente do Aero-clube de Aveiro, chamando-lhe a atenção para aquela situação. Está implantado no domínio público marítimo, a Direcção da Aeronáutica Civil tem conhecimento da situação, porque eu veiculei a informação para a aeronáutica civil sobre este assunto."

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Artur da Rosa Pires, Armando Manuel Dinis Vieira e Ernesto Carlos Rodrigues Barros.

OBJECTIVO 08 - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

Vogal Victor Mangerão:

"Este objectivo, integra três programas todos eles importantes, e sobre os quais é óbvio que é necessário fazer uma intervenção, para que ao menos fique clarificado neste último ano de mandato deste executivo, que realmente há problemas que vêm de trás e que certamente vão continuar para lá deste mandato. Se houve área onde o equívoco, a falta de operacionalidade e a ausência de um projecto, estiveram realmente patentes, foi no Turismo, foi nos Mercados e Feiras e foi em relação, àquilo que podemos dizer a política dos estabelecimentos industriais. E eu vou dizer em que é que fundamento esta minha afirmação.

Podemos começar pelo Turismo: Estes quatro parágrafos que aqui estão, são a demonstração efectiva de que a Câmara não tem qualquer política de Turismo. O que eu estou a dizer neste momento já o disse anteriormente. Mais valia que a Câmara assumisse, como já fez e cada vez vai fazer mais em relação a outras áreas da sua vocação tradicional, por exemplo em relação à recolha de lixos, mais valia que a Câmara dissesse assim: quanto a Turismo passámos procuração a fulano, neste caso fulano era a Rota da Luz e pronto. Iríamos discutir, se o procurador estava a cumprir com as regras próprias, com o zelo apropriado, aquilo para que foi mandatado. Simplesmente mantém-se o equívoco, parece que por um lado a Câmara não tem que fazer política de Turismo, porque o Turismo é com uma coisa chamada Rota da Luz, e já lá vamos, por outro lado a Câmara ainda pretende que por causa

deste ano até ser o ano de Turismo, se calhar até vai desenvolver umas grandes actividades. Bem, em que é que ficamos? qual é a parcela de soberania de turismo que sobra para a Câmara? porque é que a Câmara ainda pretende ter uma parte de responsabilidade em actividades turísticas? o que é que faz? como é que faz? chamará a actividade turística, ao facto de ter uns barcos que são propriedade da Câmara, sobre cuja gestão aliás, deveriam ser apresentadas se calhar, contas de pormenor, para nós sabermos como é que em termos de exploração esses veículos aquáticos, para não lhes chamar veículos anfíbios, estão ainda em exercício por conta da Câmara? Será por causa disso que a Câmara acha que tem uma política de turismo? A manutenção de acontecimentos de animação turística, afinal de contas como é? A Câmara organiza, a Câmara passa verbas para a Rota da Luz, depois a Rota da Luz dá dinheiro para a Câmara organizar coisas? É assim que isto funciona? A Ria de Aveiro continua a ser uma prioridade no programa de turismo, mas qual programa de turismo? onde é que está o programa de turismo da Câmara? se não há programa de turismo, como é que me podem dizer que a Ria de Aveiro é uma prioridade? Em Aveiro tudo se resolve, em certos assuntos, é assim. Quanto a paisagem, Aveiro é muito bonito, tem a Ria de Aveiro. Turismo? Tem turismo, a Ria de Aveiro. Há aí hotelaria? há hotelaria, há lá os hotéis por causa da Ria de Aveiro. A Ria de Aveiro, para Aveiro é muito menos do que aquilo que deveria ser; era, é, e vai continuar a ser desta maneira. E no entanto ainda pretendem encher os olhos a quem? Estamos a falar entre Aveirenses, como é que a Câmara vem para aqui, e se confronta com pessoas que estão em Aveiro também e nos diz assim "continua a ser uma prioridade no programa de turismo; a Ria de Aveiro." Mas o que é que a Câmara fez anteriormente, que experiência é que recolheu do que fez anteriormente, que lhe permita agora dizer que vai ser uma prioridade, que continua a ser uma prioridade. A manutenção e dinamização dos percursos da Ria? Quantas pessoas andaram nisto? Que dinheiros é que a Câmara gastou nisto? Que receitas é que a Câmara obteve disto? Reparem, o que sobra depois é o Parque de Campismo Municipal de S. Jacinto, sobre o qual o Sr. Presidente uma vez na última sessão já falou, que está tudo ainda para ver como é que aquilo vai ser, ainda não se chegou a uma conclusão se há-de ser uma concessão, se há-de ser directamente explorado pela Câmara, se há-de ser... quer dizer, se há-de ser..., e estamos no último mandato, no último ano deste mandato.

Ou seja, felizmente para este executivo, não vai estar cá, quando este Plano de Actividades, for apreciado, à luz do Relatório respectivo, porque já só vai ser em 1998, porque nessa altura, se valesse a pena inclusive, é que era de perguntar assim: então e como é que está

isto? e como é que está isto? que foi anunciado, nem vale a pena levar isto a sério, sinceramente. Eu, já nem vale a pena porque o recado já vai tardio, mas já foi dado em vezes anteriores, o ano passado eu lembro-me perfeitamente que disse a mesma coisa, repetiu-se. É melhor que a Câmara ponha aqui Programa 03 - Turismo; ausente para férias. Há que fazer férias de turismo noutra sítio, não aqui, isto fica mal à Câmara, isto não é nada. Mais grave no entanto, é que se continue a remeter para uma organização chamada Rota da Luz, cuja sobrevivência em termos institucionais, em termos práticos, económicos, de fiabilidade, para o turismo de toda uma região, que é muito mais grave do que ser apenas uma questão de Turismo Concelhio, está em causa neste momento. Para gáudio infelizmente de todas as pessoas, parece que os jornais publicaram, que alguém mais esperto, de uma agência de viagens descobriu, que o nome Rota da Luz nem sequer estava registado, e até palmou o nome. E agora vamos a ver, se para o ano a Câmara Municipal ainda vai dizer, que está não sei quê na Rota da Luz, ou se a Rota da Luz já mudou de nome. A Rota da Luz, falar da Rota da Luz, vai possibilitar fazer-se uma ponte para se falar doutra instituição, que noutra área, é de certo modo análoga, na sua ineficácia e na sombra que faz sobre essas questões, que é a AIDA. A Rota da Luz, na questão de Turismo, está mais ou menos para a Câmara como a AIDA. Nas questões de economia, nas questões de mercado, nas questões de desenvolvimento industrial, está para a Câmara. É mais ou menos a mesma coisa. Quanto à Rota da Luz nem vale a pena, porque há muito tempo que eu ando a pedir, que se faça um debate sério sobre a problemática de turismo em que Aveiro está envolvido, o que seria também discutir a Rota da Luz.

Mercados e Feiras, analisemos aqui as coisas em dois pontos. Isto de que, espera-se que em 97 (e já temos 13 dias de 97 a coisa já está a começar a tardar), possam ser realizados os estudos, e eventualmente o início das obras, (isto aqui é que me entusiasma), de mais dois importantes mercados periféricos à cidade, Esgueira, Oliveirinha, S. Jacinto e Cacia, por acaso são quatro, fico sem saber quais destes dois é que fica pelo caminho, e quais os dois que realmente estão a ser levados a sério. Reparem que é o que aqui está escrito, eu não tenho culpa, "os estudos e eventualmente o início de obras de mais dois importantes mercados periféricos à cidade, Esgueira, Oliveirinha, S. Jacinto e Cacia", dois e depois aparecem-me quatro freguesias a seguir.

Isto é um caso possivelmente Freudiano, ou então sou eu que não estou a ler bem isto, mas não interessa, antes fossem quatro do que dois. O problema não é esse, quem quer planeia, ou melhor, quem quer escreve o que vai planear, inclusive escreve que tem intenções, inclusive diz, que até se calhar vão começar as obras, pronto, tudo bem,

são boas intenções, de que o inferno está cheio e as pré-campanhas eleitorais também. É óbvio. O problema para mim, é que a seguir se diz, com a abertura do novo mercado, que é o novo mercado, pelos vistos penso eu, a menina dos olhos a tanta gente, que é o mercado de Santiago. E eu repito o que já disse no outro dia, a ver vamos os problemas que aquele mercado vai trazer ao de cima quando se pretender que ele comece a funcionar. Problemas de toda a espécie, que não têm nada a ver com a venda da carne, do peixe, das hortaliças e das flores, tem a ver com outro tipo de problemas. Que um edifício, uma organização, um sistema daqueles começando a funcionar vai levantar, espero que isso tudo tenha sido previsto e que eu me engane. "Com a abertura desse novo mercado, vão ser criadas as condições", finalmente reparem, por causa desse mercado começar a funcionar, é que finalmente vai haver condições para que possam ser feitas as indispensáveis obras de recuperação e requalificação do mercado Manuel Firmino. Para este efeito foi já constituído um fórum de debate alargado, procurando soluções que permitam compatibilizar objectivos diversos para este equipamento.

Ora bem, e quanto ao mercado Manuel Firmino. Há anos que neste documento ou congéneres, o mercado Manuel Firmino vem sendo assumido como precisando de obras, é preciso debater as soluções, é preciso requalificá-lo para ser isto ou ser aquilo, aqui é apresentado como se fosse novidade. Agora é porque finalmente o de Santiago vai começar a funcionar, que, os assuntos do mercado Manuel Firmino vão ser assumidos, e fala-se de um fórum, mas quem é que constitui este fórum? Que diabo é isto de um fórum? É um sítio? É um local? Ou é uma organização com regras escritas que diz assim: - pertencem a este grupo de pessoas que vão debater e propor soluções, fulano, beltrano, representante disto, daquilo. É disso que se trata? Se é disso que se trata porque é que aqui não está explicado? Se é disso que se trata porque é que ainda não se tratou antes? Ou será que isto é mais um equívoco, que fóruns destes já existem há uma data de tempo. Os comerciantes do Manuel Firmino há anos que eu ouço falar que os comerciantes estão organizados e apresentam petições, e apresentam sugestões à Câmara, não têm já um fórum? Ou esse fórum agora para ser fórum é, são esses comerciantes ou outros, mais um Vereador da Câmara, e então mais um Senhor representante da Associação Comercial, e mais um representante da Diocese, e mais um representante da Rota da Luz e sempre mais um representante da Universidade, para a Universidade não se chatear e parecer que anda interessada pelos assuntos da cidade. Aí é que vai ser o fórum, e finalmente vamos ter ideias e debates sobre o Manuel Firmino.

Eu sei, de uma exposição que já data de 94 e antes dessa houve outras, em que já se pede, comerciantes sem fórum nenhum, só comerciantes, sem fórum nenhum, já pedem, que a Câmara faça um novo regulamento de funcionamento, que as instalações sanitárias sejam arranjadas condignamente e sobre isso também sou testemunha ocular e não só, de que aquilo é uma vergonha; de que os contentores estão perfeitamente de uma forma inestética, anti-turística se quiserem, porque aquele mercado está no centro do coração da cidade, os contentores sejam arranjados, rearrumados, numa instalação diferente, uma coisa que custava meia dúzia de contos, era uma questão de gosto, em vez de andarem às vezes aí a porem pedrinhas em certos sítios que depois a chuva leva, ou os automóveis vão estacionar para cima delas, e floresinhas aqui e vasilhos acolá. Se calhar era muito melhor haver alguém da Câmara que andasse por aí e dissesse assim: olha aqui neste sítio, estes contentores precisam de estar guardados de outra maneira, que isto é um nojo, por exemplo. Isso está nessa exposição. Por exemplo os problemas da energia eléctrica da distribuição no interior do edifício, há imensas deficiências, o que é natural, o edifício é antigo, foi crescendo, há remendos, nas coisas eléctricas é assim, faz-se uma caixa agora, depois faz-se outra, às tantas aquilo pode dar um estoiro todo ao mesmo tempo, só vendo.

A abertura das 7 até às 20 horas, os próprios comerciantes já propõem isso, isso tem de ser discutido, tem de ser regulamentado, mas não é nenhuma coisa nova que esse fórum agora vai descobrir. A questão dos vendedores no exterior, uma data de assuntos, pelos vistos esse fórum só agora é que vai nascer, já tem a papa feita praticamente, o problema é depois pô-lo a funcionar. E mais ainda pô-lo a decidir, e mais ainda é pô-lo a concretizar essas decisões, e o pior ainda é tomar decisões, que se concretizem, que estejam de acordo realmente com os melhores interesses para a verdadeira vocação do Manuel Firmino. Eu sou um defensor acérrimo, absoluto, da continuidade daquele espaço como mercado, e nunca como pseudo-espaço a acrescentar a outros pseudo-espacos destinados a pseudo-actividades culturais. Atenção, pessoalmente. Reparem o Manuel Firmino queria uma prenda de Natal mesmo atrasada. A Câmara agarra em quinhentos e poucos contos, e paga à empresa, que deve, e pode, fazer a desratização daquele espaço. Eu pergunto à Câmara se ainda se lembra, quando foi a última vez, que se gastou dinheiro para acabar com as baratas, os ratos, e outros bichos, quando é que foi a última operação de desratização paga pela Câmara? É altura se calhar de a fazer, porque é que não é feita? Meus Senhores, quanto ao mercado Manuel Firmino acho que isto já chega, para dizer que o mercado "vai nu", quer dizer está sem telhado adequado.

É claro que nesta área do programa do Plano de Actividades, misturamos coisas tão díspares em si mesmo, como é o mercado Manuel Firmino, e suponho eu, o famoso Parque de Feiras e Exposições. Eu não vejo aqui a palavra tradicional, faz parte do léxico dos planos da Câmara, há pelo menos 20 anos, à quatro mandatos, quase de certeza absoluta que todos os anos os planos deviam trazer qualquer coisa, Parque de Feiras e Exposições. De um ano para o outro, repentinamente, deixa de haver na filosofia, de desenvolvimento e investimento da Câmara nesta área, deixa de haver o conceito de Parque de Feiras e Exposições, e aparecem duas palavras novas, eu bem disse da última vez que este Plano de Actividades estava cheio de nova simbologia e de nova semântica, "Pavilhão Multi-Usos e Parque Temático", bem "competir num contexto regional e nacional procurando afirmar a centralidade de Aveiro, propõe-se desenvolver os esforços para a concretização das equivalências da importância do parque, pavilhão multi-usos e um parque temático". Eu releio isto, para dizer, que eu não tenho obrigação de saber, sobre isto, mais nada senão aquilo que a Sr.^a Câmara escreve, e como a "Sr.^a Câmara" entende que escrever três linhas, a propósito do pavilhão multi-usos e do parque temático, é o suficiente para ficar elucidado, eu limito-me a ler isto, o que é o pavilhão multi-usos e o que é o parque temático. E em que medida é que isto substitui, aquilo que pareceu sempre ser um horizonte importante, para o Concelho de Aveiro, que era a criação de um Parque de Feiras e Exposições.

Que eu me lembre, a grande questão que se punha em relação ao Parque de Feiras e Exposições, não era que não fosse uma estrutura adequada, e apropriada, à dimensão de Aveiro e ao processo de desenvolvimento de centralidade que Aveiro quer desenvolver. O problema punha-se era quando, à sua exacta dimensão, às suas características, e à sua localização. Mas eu diria até que a localização era um problema que se punha à posteriori, primeiro tem que se saber de que tamanho se quer a coisa, para que efeitos se quer a coisa, qual a finalidade para que ela é criada, e depois vamos a ver em função disto, qual é o sítio disponível que se adequa. Sempre se pôs o problema um bocado ao contrário, andou-se sempre à procura de sítio, e a dizer assim: onde ficava bem o Parque de Feiras e Exposições era lá adiante na baixa de Vilar; onde ficava bem o Parque de Feiras e Exposições era lá adiante a caminho das lotas; bem de sítio em sítio, isto lembra-me um bocado, sem me querer meter com a bancada dos meus amigos socialistas, isto lembra-me um bocado o problema da regionalização. O que ficava bem era nós juntarmo-nos aos de Viseu, os de Coimbra não, não, não, os do Porto não sei quê, e andamos a discutir fronteiras, a

discutir para que raio é que queremos a regionalização, eu não quero levantar polémica com ninguém. Mas nesta do Parque de Feiras e Exposições é assim. A Câmara só fez foi uma coisa brilhante que em relação à regionalização o Governo não fez de maneira tão clara, o Governo tem estado calado sobre a regionalização a ver se ela cai por si. Aqui a Câmara fez de outra maneira deixou de falar mesmo na regionalização, quer dizer deixou de falar mesmo no Parque de Feiras e Exposições, e criou duas coisas novas, um Pavilhão Multi-Usos e um Parque Temático. Eu nem vou dizer mais nada, estou à espera das explicações que a Câmara me dê sobre isto, para depois perceber o que é que eu possa dizer ou perguntar ainda para ficar esclarecido.

Falta ainda a questão dos estabelecimentos industriais. Os estabelecimentos industriais têm a ver com o planeamento industrial, que tem a ver obviamente com uma área, onde a Câmara tem de ter o cuidado, de não se imiscuir demasiado, sob pena, de se estar a meter, numa coisa que não é propriamente a sua vocação e da sua responsabilidade, contrariando aquilo aliás que o Sr. Presidente disse em relação a outros assuntos, que a Câmara não se deve meter naquilo, porque aquilo não é propriamente da área da Câmara. A Câmara, em relação aos estabelecimentos industriais, na minha opinião e certamente não estou sozinho, era um ótimo momento, de olhar à volta, e em vez de escrever aqui uma data de coisas um bocado no ar, peço desculpa por esta aparente falta de respeito, mas eu considero que isto foi feito assim um bocado para preencher também aqui este programa. Era fazer o ponto da situação, e o ponto da situação era muito simples, muito terra-a-terra. Quais são as áreas municipais que neste momento estão assumidas, definidas, implantadas, com os chamados parques industriais? Que parte desses parques industriais está efectivamente ocupado, e a funcionar de acordo com a sua vocação, ou seja, para que lá estejam indústrias que laborem.

Que espaços, portanto vazios, ainda sobram nesses parques industriais? Por outro lado, no activo desta problemática, que pedidos em carteira tem a Câmara? E eu já estou a achar que à Câmara podem ser dirigidos pedidos deste género, pela iniciativa privada. Que pedidos em carteira tem a Câmara para implantação de indústrias, e aqui vem o lado municipal da responsabilidade destas coisas, perante os quais, se não for a Câmara, a resolver, o problema de terreno disponíveis, essas indústrias poderão escolher, e implantar-se noutras sítios prejudicando portanto, os interesses de Aveiro. Quais são os pedidos, quantos, de que tamanho, de que importância? Porque inclusive pode haver isto, nada impede que apareça aí um pedido duma indústria qualquer, que Aveiro diga assim: "É pá, vai para longe, para Aveiro não, muito obrigado".

Não é qualquer indústria, já lá vai o tempo em que era a indústria pela indústria. Chaminé que viesse era a chaminé que dava postos de trabalho, hoje já sabemos que há presentes envenenadíssimos nessa área. Não esquecendo este pormenor, eu gostava de saber. Porque é óbvio, que quem visita as chamadas zonas industriais de Aveiro, as que estão definidas, vê, aquilo que eu já disse no outro dia, empresas em laboração, empresas mais antigas umas mais recentes outras, vê, construção por exemplo de pavilhões recentíssimos para arrendar, acabados de estriar que ainda não estão ocupados. Mas vê o quê? Algumas, não são tão poucas como isso infelizmente, empresas falidas, instalações aliás algumas, óptimas, vazias, espero que não entrem em degradação daqui a pouco tempo como já aconteceu aqui a algumas coisas que nós sabemos. E sobretudo vemos uma data de espaços, de lotes industriais vazios, desde sempre. A zona industrial de Taboeira, se não me engano já existia ou foi lançada na primeira Câmara democrática, chamemos-lhe assim, depois do 25 de Abril é que foi oficialmente criada. Não sei ao certo, mas se não foi, foi no final dos anos setenta, foi por aí. Ou seja, tem mais de 20 anos de qualquer forma.

Este é o problema que eu levanto, e que eu acho extremamente importante, porquê? Primeiro, e já lá vai o tempo em que nesta Câmara, nesta Assembleia aliás, a Câmara Municipal, vinha defender com grande bandeira de progresso e de aposta na indústria do Concelho, vinha defender a proliferação dos parques industriais. Como os Srs. se lembram, às tantas discutia-se se eram três se eram onze e tal. Eu gosto de lembrar estas coisas para que isto não fique esquecido. Já se defendeu isso aqui, cada freguesia tinha o seu parquezinho industrial, felizmente essa melomania passou, mas ficamos com isto. É que eu pergunto, como é que a Câmara se pode disponibilizar, a aumentar despesas com aquisição de terrenos, para alargamento dos parques industriais já existentes, quando esses parques industriais estão obviamente ainda desaproveitados numa larguíssima percentagem dos seus terrenos? Isto é um problema que tem de ser respondido e assumido claramente pela Câmara. Porque se calhar tem uma resposta, eu não conheço essa resposta, e depois há outra coisa que é importante, e já o disse aqui também. Um parque industrial como o de Taboeira, por exemplo, e nem de propósito, eu falei disto na primeira sessão desta Assembleia. Posteriormente sem ter nada a haver uma coisa com a outra, um jornal local, traz um manifesto de vários empresários da zona de Taboeira a queixarem-se, aliás como a resposta do Eng^o Victor Silva sobre o assunto, a queixarem-se, abertamente das condições péssimas do trânsito, da possibilidade de andar por ali, de questões de ordem eléctrica, tudo. Ou seja, aquilo que podia ser um brinco, do

desenvolvimento industrial do Concelho, está a pretender ser ainda maior, quando ainda nem sequer têm a dignidade da menoridade que lá está. Esta é a verdade, e é por isso que eu gostava que a Câmara me explicasse, como é que justifica, querer gastar mais largas dezenas de milhares de contos em aquisição de terrenos, quando não qualifica adequadamente o que já há, e quando nem sequer faz prova, ou poderá fazê-lo se o quiser, de que precisa-se, efectivamente, em nome do interesse público do Concelho de mais terrenos, para que mais indústrias se instalem.

Isto tudo, acho que era uma boa oportunidade de ficar esclarecido aqui. Independentemente das contas sobre este Plano de Actividades, realmente já não viriam a ser assumidos por este executivo, porque já cá não estaremos nos mesmos sítios com certeza que estamos hoje, quando vier o Relatório sobre 1997. Até lá, um bom Turismo na Ria de Aveiro. Muito Obrigado".

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva.

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, eu começava por "Mercados e Feiras", é a mesma frase e os mesmos valores foram dados no Plano de Actividades de 1995. Eu, ao ler aqui que foi constituído um fórum para debate do mercado Manuel Firmino, eu gostava de saber, como é que foi feito este fórum, quem faz parte deste fórum, como foi constituído, e se alguma coisa já foi feito, para que alguma coisa se fizesse. Posso-lhes dizer que nunca foi dado conhecimento de espécie alguma, ao Presidente da junta de Freguesia da Vera-Cruz, e mais, tenho conhecimento que foram feitas diversas reuniões com o Sr. Vereador responsável e um grupo de comerciantes do mercado Manuel Firmino. Eu gostava de saber realmente o que é que adiantaram sobre isto.

Agora virando-me para o Turismo. Realmente Sr. Presidente da Câmara, eu gostava de saber qual é afinal, a política de turismo da Câmara Municipal de Aveiro. É porque olhando para este Plano, olhando para o Plano tão ambicioso de 95, eu chego à conclusão que este Plano é mau demais para ser verdade. Se não repararem. Os Srs. continuam a não ouvir e a não ter interesse, pela política de Turismo do nosso concelho. Já foi dito aqui diversas vezes, já foi dito pelos Senhores, que o Turismo é demasiado importante para a economia do País e deste Concelho. O ano passado o Sr. Presidente da Câmara, nas suas reflexões dizia, que têm de se dar imagens através do turismo às nossas características internacionais.

Paulo
per

Se bem se lembram, se o leram, no Plano Estratégico sobressaiu sempre, as nossas excepcionais condições para desenvolver uma promoção turística de qualidade. Este ano, o Plano diz-nos que no desenvolvimento da actividade turística, fazem um trabalho consertado com a Região de Turismo. Será que este conserto está afinado? Será que os Senhores têm conhecimento ou discutiram o plano da Região de Turismo? Meus Senhores, a Câmara de Aveiro e os senhores sabem que é verdade, é a base de sustentação da região de Turismo. De qualquer maneira nós tivemos conhecimento através do Diário de Aveiro do dia 7, do Plano da Região de Turismo, e neste diz que o turismo exige estratégia, que está atento ao que é melhor para o visitante, e que há que saber vender turismo. Se bem se lembram, já dizíamos isto na nossa intervenção sobre turismo no ano passado. Ainda bem que reconheceram a verdade das vossas preocupações. Atenção meus senhores, isto é um plano de intenções, agora que pergunto, será que se vai realizar? Será que a Câmara está consciente disto? É que para se realizar uma promoção capaz, personalizada e de qualidade, são precisas convicções, interesses e conhecimentos. É preciso promover motivações e não promover constantemente o desinteresse e a desmotivação. Depois disto sentimo-nos preocupados, e tomem atenção se fazem favor, qual é a nossa preocupação. É que depois do Plano aprovado, o Sr. Presidente da Rota da Luz, num fórum de turismo em Aveiro diz o seguinte: dá voltas a pensar onde pode levar os turistas em Aveiro. Isto vem no Diário de Aveiro de 25 de Novembro passado. Isto é claro como a água, se desconhecemos as nossas potencialidades turísticas, nunca poderemos ter motivações para promover Turismo. Nunca poderemos dar interesses a quem vai promover, nunca podemos convencer ninguém das nossa potencialidades.

Mas mais, no dia 13 de Dezembro último, o Diário Regional mencionava um concurso da Região de Turismo, para um plano estratégico onde se procuram ideias para desenvolver o Turismo. Vou ler alguma passagens: "A Rota da Luz não se julga vocacionada para concretizar projectos, propor meios e até calendarizar a sua aplicação. Querem saber o que somos, quanto valemos e como nos situámos, desejam conhecer os produtos turísticos determinantes, a capacidade de oferta, saber quem nos procura, como se transporta e onde se aloja. Isto numa perspectiva de promoção turística a Rota da Luz pretende com estes concursos obter um guia promocional para a sua região". Mas pior ainda, é que tudo isto, é depois de terem conhecimento das conclusões do estudo do perfil do turista que nos visita. Aliás este estudo foi-me proporcionado pelo Sr. Vereador do Turismo da Câmara Municipal de Aveiro.

Depois disto, será que a Câmara de Aveiro está consciente do seu plano? Será que o concerto precisa realmente urgentemente de um maestro? O plano de turismo da Câmara, devia ser mais rigoroso e pugnar mais pelos interesses económicos da região. Agora levar as coisas desportivamente, ou até levemente, não podemos concordar. Todos nós sabemos que sem trabalho e sem interesse nada se faz. Aveiro, o Turismo, precisa necessariamente e urgentemente de dar uma volta de 360 graus. Sr. Presidente da Câmara, os Srs. são responsáveis pelo marasmo e absentismo que caiu sobre o Turismo de Aveiro, era bom que acordassem. Obrigado”.

Deu entrada na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu.

Vogal António Salavessa:

“Esta questão da eventual perda do nome da Rota da Luz, por parte de uma Região de Turismo, porque não o registou e agora há uma empresa que o regista, e passa a usá-lo, nem sequer é uma coisa, se não fosse triste era cómica. Acho que é tempo, de começarmos a pensar em novos nomes para esta Região de Turismo, mas como é uma Região de Turismo, que não há meio de se conseguir alargar a todo o Distrito, não consegue abranger todo o distrito, talvez o nome possível seja o nome da “Rótinha da Luz”. Quanto a este Objectivo, estou de acordo com quem disse que ele é feito um bocado de qualquer maneira. Temos um Objectivo cuja apresentação, começa no número 3, começa no programa 3. O programa 1, é um programa de 1 000 contos sobre a água, que é a quota do Carvoeiro. O programa 2 não se sabe o que é que é, não está cá, não estava cá no ano passado, não sei se isto é uma chapa 5 que tenha que ser cumprida rigorosamente em todos eles, mas isto não corresponde à realidade de hoje, precisa de ser reformulado. Por exemplo, parece-me um completo absurdo que o pavilhão multi-usos apareça integrado nas Feiras e Mercados. Tal como me parece um completo absurdo que as ideias do observatório económico da região de Aveiro, ou do centro de negócios, apareçam incluídos nos estabelecimentos industriais. Não têm nada a ver com os estabelecimentos industriais. O observatório económico e o centro de negócios não são, dêem a volta, pensem no assunto, pensem como é que podem organizar isto de outra maneira, porque de facto o que aqui está não corresponde.

Quanto ao mercado Manuel Firmino, vamos lá falar mais uma vez sobre o mercado. Portanto é conhecido que, a Assembleia tem sempre manifestado muitas reservas, muitas desconfianças, em relação aos objectivos pelo menos de alguns elementos da Câmara, de

encerramento do mercado, e Sr. Presidente, Srs. Deputados, com a confusão de palavras que se mantém neste Plano de Actividades, é legítimo continuar a desconfiar. O que é que se diz em relação ao mercado Manuel Firmino? Diz-se na introdução que, fala-se em recuperação e requalificação, mas mais adiante já se esqueceram estas duas palavras, e usou-se dois conceitos novos, duas palavras novas que são: reabilitação e reconversão. De facto é preciso um fórum, para esclarecer qual destas coisas é que é para aplicar, se é reconversão, se é requalificação. Cuidado, ponham as coisas a dizer umas com as outras, assumam politicamente quais são os verdadeiros objectivos, e se há Vereadores, que continuam a pensar que o objectivo é encerrar, têm que perceber que não é essa a opinião de Aveiro. A opinião de Aveiro, através dos seus representantes nesta Assembleia, é de não deixar encerrar o mercado Manuel Firmino.

Quanto ao fórum queria dizer que não é novidade, pode ser novidade para quem só hoje se apercebeu. Este fórum fala-se "há n' tempo", já aqui coloquei a questão, de ter lido numa acta da Câmara, que o fórum não reunia, porque não havia ainda os elementos da Assembleia Municipal de Aveiro. E já questioneei a Mesa, sobre a falta, o que é que justificava esta observação na acta da Câmara, e o Sr. Presidente da Mesa muito bem disse, que não há representantes da Assembleia Municipal de Aveiro no fórum, porque nunca foi oficiado à Assembleia qualquer matéria nesse sentido para ser agendada. Portanto anda aqui o fórum às voltas, há meses e meses, que assim não conseguirá resolver qual das quatro palavras é para aplicar à solução do mercado Manuel Firmino.

Última questão, a Câmara começa a ter, infelizmente em nossa opinião, é na opinião do PCP, uma presença cada vez mais significativa em sociedades privadas. Passa a ter uma representação no capital da SIMRIA, passa a ter uma participação no capital da ERSUC, tem participação do capital da TRANSRIA, etc., etc., penso que este conjunto de participações do município, em empresas de direito privado, merecia ao nível do município, uma estrutura que desse o acompanhamento devido à evolução dessas sociedades, e que acautelasse, ou que servisse para acautelar os interesses municipais, portanto servindo de estudo e de alerta, para o município poder intervir e estar nestas sociedades com a melhor posição possível".

Deu entrada na sala o Vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Vogal Rosa Pires:

Sr. Presidente, Caros Deputados, eu gostava também de falar sobre este tema, mas não me vou alongar muito sobre algumas das questões já aqui levantadas, designadamente o Turismo. O Turismo, recorde, aliás quando fiz a intervenção inicial, foi uma das questões levantadas logo no primeiro Plano de Actividades que esta Assembleia analisou e disse que a sobreposição de vários planos não levava a nenhuma orientação de desenvolvimento, isso está comprovado. Também não vou falar muito no Parque de Feiras e na Europa dos Pequeninos, a não ser que haja porventura necessidade de falar. Mas continuo a dizer não se percebe nem porquê nem para quê que apareceu aqui a Europa dos pequeninos. Em substituição de um Luna Parque que aparecia. São estas ideias que caem ninguém sabe de onde. Mas eu gostava de falar sobretudo nas propostas ligadas à competitividade económica. Eu estou de acordo, com muito do que aqui foi dito, designadamente por este meu colega de bancada Dr. Vítor Mangerão, sobre a modéstia das propostas que aqui nos surgem, e creio que ela está relacionada, com uma ausência total de referências, e neste aspecto eu gostaria de complementar, a intervenção do meu colega, uma ausência total de referência, às tendências de evolução, da estrutura económica de Aveiro. O que é que se está a passar com a estrutura económica? Quais são os sectores que estão em franco crescimento? Quais são os sectores que estão marginalizados? Para onde é que se deslocam os postos de trabalho? Não sabemos. E no entanto, um dos pontos chave, para afirmação de Aveiro e da Centralidade de Aveiro, tem sido sempre, a nossa estrutura económica. Quando nós nos comparamos com outras cidades dos Países, dizemos, mas Aveiro produz, a estrutura económica é forte. Mas nós não estamos a perceber o que é que está a mudar, e aparentemente nem queremos saber, porque, o observatório é um projecto adiado, que aliás, nem deve ser municipal. A palavra municipal deve cair, o que se tem é proceder à inserção da nossa economia na economia regional e nacional, e portanto o de municipal, enfim. Parte-se do princípio, e está subjacente ou implícito a estas propostas, que a forma de intervir, é dar, ou fazer infra-estruturas, é infra-estruturar. É a única forma de intervenção que se conhece. Bom, é uma percepção limitada, não pode ser.

A competitividade económica e nós temos que nos aperceber disto, deixou de ser apenas uma tarefa individual. O meio em que uma empresa está inserida, ainda há pouco, por questões de ordem de infra-estruturas esteve-se a falar, mas o meio em que está inserida, quer a vivacidade, quer a coerência institucional e empresarial, é hoje uma questão chave. A competitividade económica numa região, é de facto, um empreendimento colectivo, no sentido de empreendimento que

todos nós o conhecemos. Ora bem, para uma das questões chave da afirmação de Aveiro, não há, um discurso sobre o desenvolvimento económico. E isto deve levar-nos a pensar o que é que está a acontecer. Uma das questões chave, não há um discurso sobre o desenvolvimento económico de Aveiro. Não pode ser. E permitia-me aqui utilizar a afirmação, da centralidade de Aveiro, uma das questões utilizadas, para tecer dois ou três comentários, fugindo um pouco, mas espero que não muito, a esta questão, que estamos a analisar.

Se nós virmos quais são os factores de centralidade, destacamos três. Um tem a ver com a capacidade produtiva de Aveiro. O outro tem a ver com a identidade própria da cidade. O terceiro tem a ver com uma sociedade civil, com massa crítica significativa, todos nós reconhecemos isso. Em relação à capacidade produtiva, já vimos que não há discurso. Em relação à identidade própria da nossa cidade, também não há discurso e lamentavelmente não há. Porque nós tivemos, as discussões do Plano Estratégico por exemplo, onde se faz notar a importância das linhas de água, e os espaços públicos. Onde se faz notar a importância do património, e no entanto, se nós formos ver, aos sectores, ao que nos é dito sobre habitação e planeamento urbanístico, não há um discurso, não se diz que a prioridade da cidade de Aveiro tem que ser valorizar as linhas de água, os canais, e os espaços públicos. É uma questão chave. Não se diz que a questão do património, que tanto tem sido discutida nestas Assembleias, que é uma questão chave e que temos que lhe pegar duma vez por todas. Há uma ausência, mais uma vez, de discurso político, sobre uma questão chave pela afirmação de Aveiro. Faz sentido perguntar qual é a visão política, que os principais responsáveis da gestão de Aveiro têm, sobre este assunto chave? Se focarmos o terceiro aspecto que eu há pouco mencionei, da sociedade civil e da massa crítica que ela representa, temos que reconhecer que não houve criatividade ou não houve persistência ou não houve tempo disponível, para fazer um Plano, que enuncie as grandes questões. E que chame a atenção dos Aveirenses, para a necessidade de debater e de se envolver, é assim que se puxa os aveirenses para a resolução das questões, é dizendo-lhe, são estes os problemas, é assim que nós os equacionamos. Pode não estar bem, não estar mal, podem-se correr dois ou três riscos, mas é preferível pôr os aveirenses a discuti-lo, e depois obviamente, através disso, por arrastamento virá a vontade, de intervirem nele, do que não fazer nada. Tem que se arranjar tempo para isto, eu peço desculpa, não pode haver uma liderança, da governação de Aveiro, não pode ser insensível a estas questões chave de afirmação de Aveiro.

É óbvio, não é fácil mudar radicalmente o discurso, de onde vínhamos, para onde queremos ir. E que, é preciso, alguma gradualidade neste avanço, mas preocupa-me, uma certa auto-satisfação que senti nalgum discurso, e também no discurso da bancada que apoia o executivo com a continuidade. Não pode haver auto-satisfação, tem que haver insatisfação visível, tem que haver a consciência, da necessidade da mudança, com uma equipa, com outra, com muitas, tem que haver a consciência da necessidade de mudança. Este discurso da auto-satisfação, que é o discurso da continuidade, pode ter consequências graves, pode ter algum efeito para consumo interno e espero que não esteja interiorizado e que seja diferente.

Um outro ponto e para acabar. É óbvio que este problema não se resolve chumbando o Plano de Actividades. Não era agora de um momento para o outro que íamos gerar um Plano de Actividades diferente. Agora uma coisa é certa, para fazer um Plano de Actividades diferente, não se pode começar a fazê-lo a partir de Outubro. Um Plano de Actividades diferente deve ser começado a fazer a partir de Janeiro, foi isso que sugeri na primeira intervenção que fiz e que gostaria de sublinhar. É a partir de Janeiro, que se faz um novo Plano de Actividades, e eu gostaria muito que o Sr. Prof. Celso e o executivo, quisessem deixar ao novo executivo, seja ele qual for, um legado, uma herança diferente, que é uma nova forma de fazer Planos de Actividades e um novo tipo de Plano de Actividade. Começassem já em Janeiro a fazer um novo Plano e quando chegássemos a Dezembro, tivéssemos um Plano muito diferente, com formas diferentes de gerir, e de governar Aveiro. Muito obrigado”.

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Diogo Manuel Soares Machado e Vítor Manuel da Silva Martins.

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, desejava neste Objectivo começar pelo fim e falava dos estabelecimentos industriais. Todos nós sabemos que nas zonas industriais de Aveiro há alguma desorganização em termos de planeamento urbanístico, não foram respeitados os planos iniciais, e estou a lembrar-me do crescimento desordenado da zona Industrial de Mamodeiro, da zona Industrial de Taboeira e, já não falo da zona Industrial de Eixo, que é aquela que me diz mais directamente respeito, e o Sr. Presidente da Junta de Eixo não me vai levar a mal, que eu fale dela, porque é confinante com a freguesia da Oliveirinha. A zona Industrial de Eixo que devia merecer da parte da Câmara as atenções, nomeadamente na criação de infra-estruturas e no seu ordenamento, não

teve qualquer evolução desde que foi criada o que é lamentável, e se ali mais indústrias de interesse para a cidade de Aveiro e para o Concelho, não se instalam é porque não foi feito o desenvolvimento das infra-estruturas na zona industrial de Eixo. O que é lamentável para todos nós. Na zona industrial de Mamodeiro vê-se um crescimento desregrado, inicialmente dizia-se que era uma zona onde iria proliferar pequenas indústrias de ponta. Hoje vê-se, que uma grande indústria e bem, para a cidade de Aveiro, mas mal para a zona industrial, está a abarcar os terrenos. Qual é a solução urbanística daquela zona industrial? Há dias já foi aqui referido, eu também vi o artigo do Diário Regional, onde os industriais com estabelecimentos na zona industrial de Mamodeiro, se lamentavam pelos fracos acessos, pelas infra-estruturas deficientes, pelo aspecto geral, de abandono, que aquela zona industrial tem, não é digna de uma cidade como Aveiro. A Câmara de Aveiro deveria preocupar-se mais com o arranjo da zona industrial de Taboeira.

Quanto aos mercados e feiras, Sr. Presidente, eu para além de cumprimentar aqui o meu colega, Sr. Manuel Madail, pela construção, finalmente, do mercado de Aradas, sito em Santiago, parabéns Sr. Manuel Madail. Devo dizer-lhes que, há dez anos, que ando à espera que se construa em Oliveirinha no largo da feira, uma zona coberta, que nós chamava-mos zona higienizada coberta, e que por iniciativa do Vereador do Pelouro, desde há três anos que se passou a chamar mercado de Oliveirinha. Lamentavelmente, com 1 000 contos não vamos lá, com certeza não é para fazer nada, habitualmente estão lá 1 000 contos e já estiveram 3 000, agora são 1 000. Não é para fazer nada, e isto é a prova provada de que este Plano só serve para enganar as pessoas Sr. Presidente.

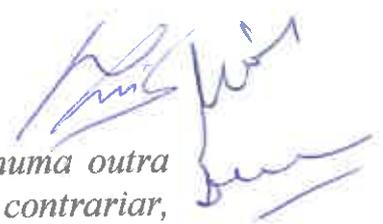
Quando há pouco o Dr. Victor Mangerão dizia quais eram os mercados que vão ser construídos, a acreditar naquilo que está aqui desenhado, para além da conclusão do mercado de Aradas, teremos que citar que será o de Cacia, e bem, e a reabilitação do mercado Manuel Firmino, e bem. Mas porque diabo é que os outros também não tem o direito a esse tipo de infra-estruturas, nomeadamente, numa zona onde existe uma feira, onde todos os meses, duas vezes por mês, se deslocam milhares de pessoas do Concelho de Aveiro e dos Concelhos circunvizinhos, Sr. Presidente? Espero que V. Ex.^a, olhe para este problema com atenção, porque estamos a defraudar as expectativas, e permita-me que o diga, dez anos de espera acho que são suficientes para desenvolver esta infra-estrutura na freguesia da Oliveirinha.

No Turismo, eu fiquei surpreendido quando vinha para a Assembleia, de ouvir o Sr. Presidente da Rota da Luz, muito espantado na Rádio Molicheiro, passe a publicidade, a dizer que, não sabia que a

Rota da Luz não estava registada, estava muito escandalizado. Ele não sabia que a Rota da Luz não tinha o registo nas pessoas colectivas. Eu é que fico espantado por ouvir o Sr. Presidente da Rota da Luz, atrever-se a dizer isso, deveria ter a vergonha e ao menos calar-se. Claro que teve o cuidado de atirar culpas para os seus antecessores, Sr. Presidente. E como a Rota da Luz foi sempre gerida pelo CDS/PP e por elementos a ele afectos, a culpa e a crítica cai-lhe inteiramente em casa. Os percursos rurais de interesse turístico tão caros ao concelho rural, isto é uma brincadeira, Sr. Presidente, com certeza, nós também temos que andar bem dispostos, não é só para falar de coisas sérias, também temos que nos rir. É que 3 500 contos para construir percursos rurais de interesse turístico, não dá para nada, e devo dizer-lhe a exemplo do que tenho vindo a citar há vários anos, no lugar da Granja, freguesia de Oliveirinha, no local onde nasceu aquela freguesia, onde foi criado o Morgadio inicial, que deu lugar à freguesia da Oliveirinha existe um moinho, movido a água, em pleno funcionamento. e lamentavelmente, eu devo dizer-lhe que às vezes fico muito feliz, agarramos nos miúdos das escolas e levamo-los lá a ver o moinho, até é perigoso em alguns aspectos, como ele está em mau estado; tantas vezes tenho pedido Sr. Presidente, para que se faça um protocolo com o proprietário, para que aquele fosse um local de interesse turístico e que se poderia perfeitamente inserir no percurso turístico da nossa zona rural. 3 500 contos, com certeza Sr. Presidente, também não é para fazer nada, porque esses 3 500 contos não chegariam para recondicionar o moinho, como nós lhe chamamos o moinho do Albino Careca. É só isto que tenho para dizer e gostaria que revisse as posições da Câmara nesse aspecto”.

Vogal Cruz Tavares:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, este tema já está sobejamente debatido, com intervenções, algumas delas brilhantes. Eu queria apenas fazer um alerta, eventualmente uma denúncia, para o que se passa com o mercado Manuel Firmino. De facto, quem acompanhou a elaboração e depois a posterior revisão do Plano Director Municipal, apercebeu-se que, a tese da Câmara era de facto a requalificação, a reconversão do mercado Manuel Firmino. Por força dos trabalhos dessa comissão de acompanhamento do PDM, essa ideia foi banida e passou a constar do PDM, que, se pretendia de futuro, fazer uma recuperação daquele espaço. A minha intervenção é apenas para denunciar e alertar as pessoas para um processo da recuperação da ideia inicial, esse sim uma recuperação. Porque pela confusão denunciada pelo Sr. Salavessa, e muito bem, a Câmara está teimosamente a recuperar a sua tese inicial. Quando incluí neste Plano de Actividades, termos como requalificação, que é mudar, em termos práticos e rápidos, mudar a finalidade do


mercado. Quando fala em reconversão, é converter aquilo numa outra coisa qualquer. Está de facto a voltar ao ponto de partida e a contrariar, uma ideia que foi debatida e posteriormente, votada pela Assembleia Municipal. Eu julgo que se quiserem fazer mais fóruns sobre o mercado, façam-no à vontade, mas façam a revisão do PDM, porque sem isso é ilegal fazer qualquer aplicação de decisões sejam de que fórum seja. A Assembleia Municipal por enquanto, ainda tem comandamento jurídico e político, sobre todos os fóruns possíveis e imaginários. Muito obrigado”.

Entretanto saiu da sala o Vogal Armando Manuel Dinis Vieira.

Vogal João Tavares:

“Sr. Presidente, caros colegas, a minha intervenção vem apenas quase para dar uma informação, que possivelmente nem o executivo a tenha para a dar neste momento. Em relação à estrada de Taboeira que dá acesso à zona industrial, estive às 4.00 Horas da tarde com o empreiteiro, está previsto começá-la na quarta-feira se não chover, a pavimentação da estrada principal, desde a 109 a Taboeira. Começou hoje também a execução, de uma estrada que dá acesso à Betécnica, e pavimentação da mesma, que de facto estava em situação precária. No entanto queria deixar aqui um alerta ao executivo camarário, no sentido de terem mais em conta, o saneamento das águas pluviais, quando chove há lá artérias que são impraticáveis, o movimento de viaturas nas mesmas. Eu não levantei aqui problema nenhum em relação à zona industrial, porque tenho conversado com o executivo várias vezes em relação a essas situações. Eis a razão porque, não me vale a pena estar a levantar aqui na Assembleia essas questões. Estou a fazer praticamente um esclarecimento aos meus colegas que acabaram de levantar esta questão, portanto a estrada Taboeira de acesso à zona industrial, será pavimentada na quarta-feira se o tempo deixar, e começámos hoje também uma obra que dá acesso à Betécnica. Obrigado”.

Sr. Presidente da Câmara:

“Eu vou começar exactamente pelas últimas palavras do Sr. Presidente da Junta de Esgueira e agradecer a sua informação e isso vem dar resposta à questão levantada aqui, pelo desleixo da Câmara relativamente à zona industrial de Taboeira. De facto esse concurso foi aberto há muito tempo, há três meses, não foi dependente da notícia publicada pelo Diário Regional, que enfim, vem a lamentar todo o abandono da zona industrial. Sabíamos disso, trata-se duma pavimentação de dezenas de milhar de contos, e temos vindo com todo o

cuidado a tentar consertar aquela estrada em frente à Casal. Terá que ser criado um novo perfil, é uma obra portanto, que tem que ser bem estudada. Simultaneamente e continuando a informação que o Sr. Presidente da junta teve o cuidado de fazer, também está entregue ao empreiteiro, apenas parou por causa do tempo, está entregue não, já começou a obra mesmo, a pavimentação da Rua dos Ervideiros que fará uma outra ligação importante entre a estrada da 109 e a zona industrial. Simultaneamente com estes dois acessos que chegarão à esquina da Pereira Campos, haverá uma rotunda que contemplará portanto um melhor ordenamento do trânsito para a zona industrial.

E por falar da zona industrial e das zonas industriais foram aqui levantadas algumas questões, nomeadamente a pergunta, quantos parques industriais, são muitos, são poucos, eu penso que a resposta está contida no Plano Director Municipal. O Plano Director Municipal, não tenho já bem de memória, mas acho que além dos existentes, ou seja, Taboeira, Mamodeiro, refere Nariz, Eixo e Costa do Valado, pelo menos são estes que me lembro e que são referidos no PDM. A aposta principal da Câmara Municipal e que neste momento está a desenvolver dentro das suas possibilidades, é a zona industrial de Taboeira, a zona industrial de Mamodeiro e Nariz, estas estão em andamento, ou seja a terem alguma vida, algumas já com anos como aqui foi referido. A de Nariz está a começar, está a ter instalações de pequenas empresas, nomeadamente a Universidade instalou também ali, algo do seu interesse, e continuamos a adquirir terrenos também para que possam dar resposta às propostas que são apresentadas. No que se refere à zona industrial de Mamodeiro, a Câmara tem acompanhado de perto por se tratar de uma zona industrial mais recente, e ela hoje tem todas as infra-estruturas nesta fase última, que está entregue ao empreiteiro e que está em execução, apenas falta fazer a cobertura dos passeios em todos os arruamentos. Pensamos que esta zona industrial está abastecida do essencial, naturalmente o que nos acontece na zona industrial de Mamodeiro que foi aqui acusada por falta de ordenamento, acontece também na zona industrial de Taboeira. Em Mamodeiro houve um ordenamento, houve uma distribuição de lotes, houve portanto, "um loteamento" para poderem ser vendidos esses lotes, que foram aprovados pela Assembleia e o regulamento também tem sido cumprido, simplesmente o que acontece é que nem todos aqueles que compram os lotes têm depois a capacidade financeira para instalar a sua parte física. Outros e a maioria deles, cujos terrenos estão a descoberto, estão hoje em Tribunal, por questões de crédito, por questões de incumprimento dos seus deveres para quem lhes emprestou dinheiro e outros também acontecem desta forma, e aqui é uma questão que se coloca à Câmara e

eu tenho muita dificuldade em decidir. Há os que vão ao crédito, pedem um empréstimo para poderem investir, para poderem construir as suas instalações e como disse há pouco, perdem essa capacidade e muitas vezes têm necessidade quando vão ao crédito de dar por finda a cláusula de reversão e o regulamento, quem compra um terreno para instalar a sua fábrica na zona industrial, tem uma cláusula de reversão, se não o fizer em determinado período de tempo, esse terreno reverte para a Câmara Municipal que depois fará nova venda desse terreno. O que é que tem acontecido nalguns casos? Acontece que muitas das vezes essa cláusula de reversão é anulada, deferido o pedido de anulação da mesma, a pedido do interessado, porque caso contrário o banco não dá crédito, ou terreno está disponível porque terá que ser hipotecado ao banco, ou então o industrial não tem crédito. A partir daí fica incontroável a situação. O que acontece na zona industrial de Mamodeiro é que há uma indústria que cresceu demasiado, talvez em termos do loteamento que estava feito, ocupando novos lotes e adquirindo lotes a outros e instalações a outros. É uma indústria importante que não podemos deixar de apoiar, dada a sua grandeza em interesse Concelhio. Os terrenos estão todos vendidos, as infra-estruturas encontram-se feitas, falta apenas a ETAR. Houve apoio comunitário para isso, para que fizéssemos aqueles trabalhos de iluminação, de lancis, de passeios, etc.. Continuámos a adquirir terrenos a norte da portagem, está o loteamento feito também, está um estudo feito para a implantação de mais algumas indústrias, nomeadamente a instalação da Associação Nacional dos Jovens Empresários, que sempre se motivou para instalar a sede naquele local e portanto o acompanhamento está a ser tido com cuidado com atenção, pese embora, aqueles problemas levantados da cláusula de reversão.

Relativamente à zona industrial de Taboeira é semelhante, aqui mais agravado porque é mais antigo, mais situações se levantaram e até algum desvirtuamento quando se fala aí de armazéns. Mas esses armazéns são de um terreno particular e que na altura quando foi autorizado o loteamento em lotes para colocar instalações fabris e para colocar armazéns, foi aprovado um plano de pormenor, digamos assim, em que esse loteador, além de ficar com condições de instalar serviços nesses armazéns, se obrigava e terá ainda de o cumprir, a um apoio social à zona industrial. A criação de creche, á parte social em geral que pudesse apoiar a zona industrial de Taboeira. Porquê então, havendo alguns terrenos disponíveis, a Câmara ainda se propõe a adquirir terrenos, mesmo que não quisesse ampliar as zonas industriais, a Câmara teria de fazer aquisição de terreno para o efeito, porque nem sempre esses terrenos se situam nas zonas industriais. Nós temos casos

[Handwritten signature]


de retirada de fábricas do interior da cidade que foram em tempos localizadas em locais diferentes de zonas industriais. Temos que considerar que os terrenos estão vendidos, há que ter novas bolsas de terrenos e por isso se o Plano Director Municipal se preocupou em fazer um Plano de pormenor para a zona industrial de Taboeira. Ordenar o existente e criar novas áreas para aquisição de terrenos aqui e também ainda para a zona industrial de Nariz e para a zona industrial de Mamodeiro. Quer a norte da estrada que vai para Oiã, quer a sul ainda da estrada onde está o Ónix, tem também ali já alguns terrenos disponíveis para as propostas que possam ter interesse, tendo sempre em conta que há muitas propostas que nós não temos interesse em as possuir por motivos da poluição, por motivos do produto que essas fábricas irão produzir.

De modo que tem havido, no meu entender, alguma atenção, não tem corrido naturalmente da maneira como a gente quer, toda esta problemática das zonas industriais. Há necessidade de adquirir terrenos, a Câmara propõe-se na área que amplia a actual zona industrial de Taboeira, ir adquirindo terrenos para disponibilizar por venda naturalmente, a quem surja para o efeito, e há neste momento alguns compromissos.

Relativamente aos Mercados e Feiras, localiza-se a grande preocupação desta Assembleia legitimamente, há aí um termo ou outro que se cria alguma confusão, relativamente àquilo que a Câmara pretende fazer do mercado Manuel Firmino. Aceitam-se perfeitamente as palavras aqui proferidas, todavia aquilo que afirmei já na sessão anterior, é de que esse espírito de outrora, que consistia construindo o mercado em Santiago, fecha-se o mercado Manuel Firmino, está posto de parte por esta Câmara.

Um fórum é um encontro e eu penso o Sr. Eng.º Belmiro não está cá, que ele quer dizer que com este fórum, um encontro de ideias, ou as posições que vêm sendo assumidas, quer a nível de Câmara, quer de utentes, quer dos utilizadores, irão ser criadas condições para que de facto se faça a reparação daquele mercado. E naturalmente com a colaboração dos utilizadores, que o têm feito, já o fizeram comigo, não tenho qualquer dúvida em aceitar neste caso a crítica que a Assembleia fez, porque eu também já trabalhei com os mesmos utilizadores, com os que estão aqui nesta sala, com todos os outros no sentido de lhe darmos alguma melhoria.

O parque de Feiras e Exposições, tem aí uma rubrica de aquisição de terrenos, mas a Câmara não pôs de parte a existência do parque de feiras e exposições e vamos ver se eu consigo esclarecer minimamente este assunto. Sempre houve intenção de dar andamento a

um parque de feiras que, como disse o Dr. Mangerão e muito bem, não fosse um elefante branco, não fosse um parque com semelhanças a um Europarque ou a uma Exponor. Também não era necessário para a nossa cidade essa dimensão, e por isso se criou uma comissão de gestão, com um protocolo que conhecem, de animar o parque de feiras e daí tirar algumas conclusões para se avançar para a construção de algumas instalações que permitissem o funcionamento dum exposição com regularidade. Fez-se até um estudo de implantação, de alguns pavilhões, que não atingiam mais que 8 a 10 mil metros de área coberta, depois alguma área coberta para oficinas e o estacionamento; e aí nasceu depois a grande confusão.

Entretanto, e aqui lembro outra vez, este assunto é estudado pela comissão técnica do Plano Director Municipal e todos nós aceitámos que o lugar da sua instalação seria a Baixa de Vilar, é aí portanto que está localizado. A localização de instalações que possam vir permitir a existência de um parque de feiras com regularidade, e a questão que se coloca é esta: é a Câmara que o constrói, ou são os sectores de actividade económica que o constróem? Esta é a pergunta que se faz. A Câmara colabora? A Câmara participa? Sim senhor, a Câmara tem uma rubrica aberta para pôr em prática o parque de exposições, para adquirir terrenos, para de facto colaborar como se colabora com qualquer outro interesse que é geral, que é comum, e neste momento aguardamos o andamento do processo. Houve em tempos, para esclarecer um pouco melhor, um trabalho feito, com a Associação Industrial do Distrito de Aveiro, a propósito até da existência da comissão de gestão, no sentido de formalizar uma sociedade entre a AIDA e a Câmara. Mas também não se deu andamento porque também nos surgiram algumas dúvidas, se devia ser feita dessa forma, ou com outros sectores de actividade e qual o valimento que ela teria no caso concreto.

Eu neste momento penso, que a Câmara não pode afastar-se desta necessidade e de apoiar a criação de um espaço para que haja exposições regulares, penso também que deve investir algo, mas julgo que não é a Câmara que é o único investidor, nem deve ser o único investidor, nem lhe cabe fazer isso sozinha em termos da construção das instalações. O centro de negócios, fala-se dele no desenvolvimento económico, mas não é previsto neste momento para aquele local, é previsto sim para instalar normalmente dentro até da área urbana.

Relativamente ao Turismo, todos os anos se repete, a posição da Câmara é uma posição paralela àquela que a Rota da Luz executa. Pensámos que a Rota da Luz por estar sediada, por ter de facto a sua especificidade, pode contribuir para o desenvolvimento turístico de

Aveiro. Cabe-lhe fazer tudo por isso, na medida em que o Concelho de Aveiro debita mais de 70% do rendimento para a Região de Turismo Rota da Luz. Tem merecido a nossa confiança, temos naturalmente necessidade de ter registado em Plano algumas rubricas. Não temos a veleidade de fazer o turismo que era necessário para a região, não temos por trás de nós gabinetes apropriados para desenvolver turisticamente o Concelho, não temos agências de viagens contratadas para o fazer, todavia tenho que ter umas rubricas se quero de facto ter as lanchas a funcionar, essas pequenas coisas mas que são muito importantes. Que até têm sido mais importantes, do que a crítica que aqui foi feita, mal ou bem a lancha do turismo tem contribuído para que haja turismo, para que haja atracção.

Possivelmente o nosso plano está previsto para dar cumprimento a um mandato, e por isso dar continuidade, a continuidade que não foi aqui desejada, mas que não podia, quem trabalha seriamente, fugir ao essencial também, na continuidade de um período de 4 anos que está a terminar. Portanto, eu não podia deixar de considerar que há continuidade no mercado abastecedor, que há continuidade em diversas obras e como disse na última reunião, vou convidar em breve para visitarmos e vermos o andamento dessas obras. Não posso deixar de mencionar portanto, num Plano de Actividades algumas preocupações, algumas notas, porque caso contrário não tenho a rubrica aberta e nem tenho sequer possibilidade de montar um stand numa feira de Salamanca, numa feira que às vezes há aí, esta ou aquela situação que nós consideramos naturalmente, humildemente, consideramos acções também com alguma dedicação ao sector do Turismo.

Não é fácil eu aqui manifestar a minha opinião sobre a Rota da Luz; cabalmente, julgo que tem prestado um bom serviço. Que tem tentado chamar mais Concelhos ao seu grupo, que se tem dinamizado a ela própria e tem criado algumas condições. Agora volto outra vez à participação da Câmara, se não tiver aqui verba no programa do turismo, eu não posso actualizar o roteiro turístico que fizemos há 4 ou 5 anos, e recordo-me que a Câmara tomou uma posição muito válida ao fazer milhares e distribuí-los por todo o mundo em termos de roteiros turísticos. Pergunta-se agora, então a Rota da Luz dá dinheiro à Câmara, a Câmara dá dinheiro e andam a fazer o mesmo? Eu julgo que não será a fazer o mesmo, até porque o nosso objectivo tem um acompanhamento, há uma situação paralela, há rubricas necessárias.

O parque de campismo de S. Jacinto está neste momento quase organizado, e tem condições de vir a ser concessionado quando chegar uma proposta à Câmara e estudá-la e trazê-la a esta Assembleia."

Entretanto saíram da sala os Vogais Manuel Simões
Madaíl e José Maria Dias da Silva.



Vogal Victor Mangerão:

"Apenas coisas muito rápidas e sem qualquer estilo, ou sem qualquer intenção de polémica séria, mas só de clarificação. Questão de Mamodeiro. Lembro-me perfeitamente estar definido que a ETAR que serviria aquela zona industrial, por não planeamento, não atribuição de verbas, por não existências de estudos, etc., seria a Etar da contígua zona industrial de Oliveira do Bairro. Na altura aliás, enalteceu-se muito que isso seria até devido a uma grande compreensão e só possível entre autarcas do mesmo partido político. Hoje, ouço admirado, não sei se triste se muito contente, o Sr. Presidente falar na ETAR privativa da nossa zonazinha de Mamodeiro, é isso ou não é isso? Primeira "guerrazinha curta", escaramuça só. Segunda, em relação à situação dos terrenos, Sr. Presidente peço imensa desculpa, eu desafiava a Câmara a apresentar a listagem dos terrenos da situação jurídica, já não digo económica, de todas as parcelas de terreno das duas grandes áreas, a de Mamodeiro não duvido que a coisa não esteja relativamente recente, agora esta que aqui está, que nós olhamos, é a maior de longe, que é precisamente a de Taboeira, fazerem a listagem da situação jurídica de todos aqueles terrenos. Eu não percebo porque é que motivações meramente empresariais, ou seja, em muitos casos meramente egoístas, nalguns casos até se calhar, interesseiras, para não dizer outras coisas, a Câmara abdicou daquilo que era a sua garantia do fim de público daquela zona, do preço que se fez, do interesse colectivo em haver uma zona industrial, que era a cláusula de reversão, abdicou disso e o resultado está aí à vista. Isto não pode ser passado em claro, e não se pode continuar a gastar dinheiros públicos na aquisição de mais terrenos quando efectivamente o cidadão comum passa por Taboeira, e vê imensos buracos, a maior parte não está construída, a maior parte não está zona coberta, e isso para o cidadão comum não tem nada a ver com campanhas eleitorais, tem a ver com uma clarificação a fazer sobre um assunto que tem anos e anos em cima. Há ali situações perfeitamente patológicas, que não é desculpa nem justificação dizer assim: "ah, a gente abdicou porque senão, coitados, não tinham financiamento" e um tipo diz: pois é, abdicaste. Se calhar tem um financiamento, meteu-o no bolso e nem é da Câmara, nem é dele, nem é de ninguém e nem se sabe de quem é, ou então não tem o financiamento e a Câmara é que tem de suportar isso. A que propósito? E isto tem de ser acautelado em termos jurídicos, tem que se ver muito bem cada situação, nem se pode negligenciar isso, e sobretudo têm de se criar mecanismos daqui para o

futuro, não pode ser aceite uma coisa destas. É que não é só uma questão de lucros cessantes, é de acréscimo de despesas. Não se trata só de ver, há buracos onde não há empresas, há se calhar desvios de verbas, há abrir mão de terrenos municipais. Também há outra coisa, é que a Câmara vê-se pelos vistos pressionada, a fazer mais despesas, quando ainda não funcionalizou as despesas que fez anteriormente, esta situação é insustentável.

Outra guerrazinha curta, é a questão, peço imensa desculpa, o Sr. Presidente tem toda a razão. A Câmara não tem vocação para ser motor do desenvolvimento económico, a Câmara não tem obrigação, nem esta nem nenhuma Câmara, para andar a fazer grandes parques de exposições, grandes pavilhões, etc.. Deve coadjuvar, deve complementar, deve contribuir também, deve ajudar no que for preciso em termos políticos, deve planear inclusive, deve coordenar acima de tudo, mas não deve ser o principal protagonista destes investimentos, até porque não é só uma questão monetária, não é só uma questão de dinheiro, é porque não tem vocação para isso e pode estar a cometer erros de análise, erros de projecto, erros de boas intenções. Então eu pergunto: se a Câmara não deve andar sozinha nessas histórias, com quem é que a Câmara de Aveiro deve andar acompanhada? Ó Sr. Presidente, vamos assumir neste fórum, para actualizar, porque observatório para mim é um bocado inócuo demais, isto é um fórum, fórum de discussão e de debate, observatório é outra coisa. Aqui neste fórum vamos assumir, de uma vez por todas que o "rei vai nu", com o devido respeito pelo Sr. D. Duarte que eu não tenho nada a ver com questões monárquicas, "o rei vai nu" conforme a história. Se a Câmara não pode sozinha, com quem é que a Câmara tem andado acompanhada nestas histórias que levaram a esta desgraça de neste momento estarmos ainda pior do que estávamos há dez anos? Ainda não se sonhava com o Europarque, onde ele foi construído em St.^a Maria da Feira, e já em Aveiro se debatia mais ou menos da maneira como hoje se debate; porque já nessa altura se falava de Vilar como hipótese, só ainda não estava era definido. Mas neste momento também não sei se a definição é assim uma coisa tão importante como isso. Mas já nessa altura se falava do parque de exposições, da mudança do parque de exposições, porque aquele que ali nasceu foi no primeiro mandato desta Câmara, a seguir a 1974, portanto em 76, foi aí que começou, foi ali que foi criado, para já ser provisório, tudo aquilo foi provisório. Provisoriamente continuamos a discutir o assunto, e porquê? Eu peço desculpa, a Câmara não pode, disponibilizar um tostão, sobre projectos destes sem existir o estudo daquilo que se pretende para Aveiro, adequado a Aveiro. Tendo em conta exactamente outras coisas, são os factores extrínsecos, exteriores a

Aveiro, que entretanto pelo arrastar da discussão dentro de Aveiro, já condicionaram tudo. O Europarque não existia há dez anos, este ano existe. Hoje se se quiser fazer a programação, de um investimento desse género, já se tem de levar em linha de conta o quê? Que existe um Europarque a meia hora de caminho. Pois pudera, os outros não demoram tanto tempo para discutir estas coisas. Os outros têm projectos próprios, sabem no que andam, os outros, os outros quem? A Câmara Municipal de St^a. Maria da Feira? Não. Quem? Uma grande Associação Industrial. Ahh, então vamos ao "rei que vai nu". Com quem é que a Câmara tem andado a querer casar-se, para construir um "lar, doce lar" da indústria de Aveiro, dos parques de Aveiro, com quem? Com as instituições disponíveis localmente. Vamos então dar os nomes aos bois, salve seja, utilizando a parábola ou a expressão popular, nada de tirar daí ilações e de interpretar mal este discurso que estou a fazer, vamos a dar o nome aos bois, vamos pôr o rótulo certo nas coisas. Que eu saiba, que eu me lembre, se a memória não me falha, o grande protagonista o grande consorte nestes problemas, nestes debates, nestes projectos que nunca passam de pré-projectos, nestas apostas de fundos estruturais que depois acabam por não ser fundos estruturados em nada, neste arrastar sobretudo dos interesses de Aveiro, nesta ultrapassagem de Viseu, de Coimbra, de St^a. Maria da Feira, de Oliveira do Bairro, de Águeda, de Ílhavo, até de Vagos que tem lá um pavilhãozão, que mete o que queremos fazer em Aveiro num bolso, até o de Anadia, que faz lá coisas a nível europeu que nós não fazemos porque não temos pavilhão etc.

Quem é que tem acompanhado ou desacompanhado a Câmara? Com quem é que a Câmara andou, a fazer promessas, e a meter-se em confusões. Uma estrutura, aparentemente pelo nome de nível industrial e distrital. Que para má sorte de Aveiro Concelho, pelos vistos, tem aqui a sua sede. A Associação Industrial do Distrito de Aveiro. Que é essa a entidade que estamos a falar, tem sido o outro lado de todo este problema. Se mais provas houvesse, de que é impossível continuar a contar com esta estrutura, para planificar seja o que for, para o concelho de Aveiro nestas áreas, a entrevista que recentemente foi publicada pelo seu responsável, de alta crítica à Câmara Municipal, relativa e precisamente, à implantação do parque de exposições, ao centro de negócios e a uma série de outras questões, denunciou tudo, isto é como um "noivado" acabou. Quando a noiva diz estas coisas do noivo não há padrinhos, não há padre de aldeia que venha pôr água sobre a fervura, acabou. E eu pergunto se a Câmara, agora não como investidora, mas como ente político, se toma isso em consideração e se neste último ano de mandato, está disposta a finalmente arrepiar caminho e a dizer assim: chega, as regras têm de ser outras e as regras

começam por outras companhias. E eu pergunto, há outras companhias? ou não há outras companhias? É o outro lado que se segue, é a consequência da primeira ilação. Quanto à Associação Industrial do Distrito de Aveiro, e eu não vou aqui aprofundar se essa Associação ainda é tão Distrital como isso, o que é que ela representa efectivamente. Não vou aí por esse caminho, porque aqui o fórum não é o apropriado e no entanto talvez valesse a pena, para clarificar certas coisas.

No entanto há aqui uma coisa que eu não tenho que deixar estar a passar. É que eu lastimo profundamente, já disse noutra sessão, que a Câmara ou o Sr. Presidente da Câmara, não tenha levantado as mangas, e não tenha dito, "é pá, cá coisas dentro duma sala, cartas trocadas, reuniões não sei quê, um jantar, é uma coisa", agora vir para os jornais? E não leva resposta? Ai não, resposta tens de levar. Ou das duas uma, ou a Câmara cala porque consente, porque aquilo é verdade, ou a Câmara tem medo e está à espera que haja alguma mudança na área para tratar com os próximos, porque se calhar com esses dá-se melhor, não sei, eu não sei, mas a Câmara por uma questão de dignidade e de clarificação de todo este processo, que diz respeito aos parques industriais, às feiras e exposições, tem de marcar uma posição face à AIDA.

Há outra entidade no entanto que agora vem aflorando paulatinamente de há uns anos para cá, neste investimento, naquele e duma forma se calhar mais discreta, mas não sei se mais eficaz, que é a ANJE. É pena cá não estar uma pessoa que está bastante ligada a essa instituição, que é o Sr. Vereador Belmiro Couto, mas o que eu quero dizer é assim: também a ANJE é um protagonista possível em certos investimentos, mas eu também já vi goradas uma data de hipóteses de investimentos e de projectos muito interessantes em que a ANJE era outro protagonista. Por exemplo, eu surpreendo-me ver aqui dito por outras palavras, quase no fim dos estabelecimentos industriais na parte orçamental, o apoio à instalação do centro de incubação de empresas na zona industrial de Mamodeiro. Bem, isto o que é? Isto é alguma coisa para andar para a frente, tem pernas para andar, qual é a parceria da ANJE com a Câmara nisto? Isto é o retomar de um velho projecto que morreu de morte macaca, nem foi por prescrição, foi diluição. Foi o famoso Centro Tecnológico, que era um protocolo assinado por 3 entidades importantíssimas, era a AIDA, a eterna AIDA, a Câmara Municipal, a forçosamente Câmara Municipal de Aveiro e a Universidade também. Três entidades, cada uma entrava com 50 000 contos, não sei se a AIDA chegou a realizar isso, não sei se a Câmara chegou a realizar ou se realizou com dinheiro, acho que a Universidade realmente que empatou esse dinheiro. Onde é que está esse projecto

para o grande centro de investigação tecnológica, que ocuparia grandes terrenos do outro lado de Mamodeiro, precisamente porque Mamodeiro ia ser uma zona industrial sofisticada, e portanto não iria lá ter por exemplo uma empresa de louças sanitárias, na época, não se pensava isso, era sofisticado, era electrónicas e tal, e este centro de investigação tecnológica era uma coisa linda, pura, daquelas que dava qualidade a Aveiro.

Eu só penso é que realmente a Câmara, tem de assumir, e já vai tarde, quando o Sr. Presidente há bocado disse que andou há não sei quanto tempo a discutir por causa das questões de turismo, e as questões de turismo a nível dessa questão, peço desculpa, por aquilo que eu ouvi hoje, o que fazer com os barcos, realmente, eu não penso que esta Câmara tenha em si mesmo potencialidades, apetência e premência, para resolver qualquer um destes grandes assuntos. Agora podia era ao menos, clarificar estes protagonismos, estas questões de famílias, sobre quem é quem, sobre quem pode o quê? Ao menos isso, ser uma herança razoável, positiva, para aqueles que viessem depois, quem quer que eles fossem. Porque seria certamente para ajudar a resolver um problema que Aveiro é uma vergonha ainda não ter resolvido”.

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente da Câmara, sobre o Turismo, o Sr. respondeu e muito bem, que a Rota da Luz, a Região de Turismo já fez coisas boas, é verdade, nós reconhecemos. Disse que o plano da Região é um plano alargado, é verdade, só que o plano da Câmara de Aveiro diz, concertado com a Rota da Luz. E neste contexto a Câmara devia saber se os seus interesses económicos em termos de turismo estavam salvaguardados, é que é muito importante, Sr. Presidente da Câmara, o que diz este Jornal que eu vou ler: “Encarnação Dias afirmou que dá voltas a pensar onde pode levar os turistas em Aveiro”. Sr. Presidente da Câmara, Aveiro, o Concelho de Aveiro, é uma potencialidade turística do melhor que há no país. Eu posso-lhe dizer que estive a ler, as reflexões finais isto tudo, do turista que nos visita e ele lá diz, 94% desses turistas que foram ouvidos, acham com interesse, e virão cá novamente. Isto é muito importante, pelo menos nós reconhecemos que Aveiro tem muito para mostrar”.

Vogal Rosa Pires:

“Em relação à Rota da Luz, não gostava que ficasse a ideia que eu julgo que Aveiro deve sair, pelo contrário, acho que Aveiro tem muito a ganhar em se associar aos Concelhos vizinhos numa estratégia de desenvolvimento turística. Agora, isso não acontece automaticamente, isto é, não é por nós nos associarmos que ganhamos de imediato, temos que fazer por isso. E eu enquanto deputado municipal não sei se de facto

na Rota da Luz se tem feito o suficiente por isso. E por outro lado, não beneficiaremos com certeza, se não tivermos ideias próprias das nossas prioridades no desenvolvimento turístico. Se as não tivermos, não vamos beneficiar claramente.

Se de facto foram pedidas a determinadas pessoas de uma instituição, que desempenhassem e elas assumiram o compromisso de fazer, uma tarefa essencial para Aveiro. Se elas não satisfizeram o compromisso isso tem de ser esclarecido. Não se pode admitir, uma pacifidade da parte da Câmara, ou que a Câmara não a considere que é uma tarefa estratégica de importância fundamental e então mantêm-se passiva ou se considera que é importante tem que pedir contas. E é assim com esta franqueza e lealdade que se cimenta, que se consolida uma relação salutar de cooperação, de outra forma não, não pode ser alimentada em equívocos, portanto aí não haja dúvidas.

Finalmente e muito breve, Sr Presidente, eu considero que de facto, uma das lógicas de construção de um Plano de Actividades, seja qual for é de continuidade. Agora, para além da continuidade, há outras lógicas que é da inovação e da ruptura e é preciso quando em vez assumir a ruptura. Se nós não mostramos, capacidade de inovação e de assunção de uma ruptura quando é preciso; a continuidade por si só, leva ao malogro, não tenho a mínima dúvida sobre isso”.

E não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª. PARTE

Pelas 22.00 horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário João Gabriel Ferreira Santos e com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Artur Lopes Lobo, José Alberto Martins de Carvalho, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia da Silva Veiga, João Ferreira da

Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madaíl, João Pedro Simões Dias, José Maria Dias da Silva, Carlos Manuel da Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Álvaro Patrício do Bem e Libério da Silva Santos.

Seguidamente retomou-se a apreciação e discussão do seguinte objectivo:

OBJECTIVO 09 - COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, eu começava por falar do que temos aqui em programa "REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO E TRANSPORTES", eu começava por falar na sinalização e começava pelos parcometros. Nós não somos contra os parcometros, numa perspectiva, de defender acima de tudo, os moradores, eu gostava e sei que se tem pressionado duma certa maneira para se colocarem os parcometros, eu gostava de saber o que se passa com os cartões de morador. Porque sei que há intenção realmente dos parcometros serem acompanhados do respectivo cartão e já agora fazia lembrar que quando foi realmente nesta Assembleia, no mandato anterior, aprovado o regulamento de parcometros, nesse exigia-se que os parcometros fossem acompanhados de um cartão para os moradores, isto em termos de um melhor estacionamento para a cidade.

Mas já agora também gostava de chamar a atenção, que todos nós sabemos, a preocupação que todos os habitantes da freguesia da Vera-Cruz, duma maneira geral da Beira-Mar, sentem em certos dias da cidade, no Canal de S. Roque. Eu queria saber se, não há quanto antes, um pensamento, uma ideia, um estudo, para se mudar o trânsito ou maneira de ser quanto mais não seja à noite, naquela zona. Outra situação é o que se passa realmente, ainda há bocado falaram nisso, é na Praça do mercado Manuel Firmino. É que é um caos como se estaciona naquela praça, e pior do que isso, e eu chamava mais uma vez a atenção, já andamos há dois anos a pedir, já nas reuniões dos Srs. Presidentes de Junta com o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores temos falado naquela sinalização que não é sinalização, não sabemos o que é, aqueles riscos brancos de paralelos brancos que se encontram no mercado Manuel Firmino. É que nem são passadeiras, nem se sabe o que é que aquilo é, no meio chegam-se a estacionar dois carros, e eu gostava de

saber se não há ideia, ou pelo menos se se pensava quanto antes mudar aquilo”.

Vogal Victor Mangerão:

“Era só referir dois aspectos, porque a verdade é que estamos a falar de um Plano de Actividades, não estamos a pôr questões a nenhuma comunicação do Sr. Presidente da Câmara. Estamos a falar de um Plano de Actividades, e é óbvio, que perante um Plano de Actividades eu constato, e nem sequer vou perder muito tempo a falar sobre isso, não vale a pena. Quando no capítulo dedicado àquele que é o problema mais antigo, mais delicado e ao mesmo tempo, mais apetecido de resolver em questão de transportes, por esta Câmara, que é o problema da TRANSRIA. Quando aquilo que eu vejo aqui escrito, é apenas isto, “na área dos transportes ressalta a aquisição de nova embarcação para melhorar as ligações a S. Jacinto, o continuar de apoio à Transria”. Quando eu vejo a questão da Transria ser tratada desta maneira, eu realmente penso que o que está aqui em jogo, como o Sr. Presidente há bocado referia a propósito das questões industriais, é escrever qualquer coisinha que justifique as verbas. Em vez de ser precisamente o contrário no Plano de Actividades. As verbas estão cá, porque aquilo que se escreveu antes as justifica e as fundamenta. Ou seja, primeiro temos uma ideia como gastar dinheiro e depois é que dizemos, e portanto, pensamos ir gastar “X” com aquilo que explicámos lá atrás, aqui não. Nem a verba explica nada, nem o que se diz aqui sobre a Transria, nada explica, portanto fico na mesma. Para mim o problema fundamental da Transria é, em primeiro lugar constituir uma solução efectiva em termos jurídico administrativo e contabilísticos e financeiros para a Câmara. Não há aqui uma palavra sobre o assunto, parece que está tudo na melhor maré de rosas. Como se a Transria fosse uma actividade empresarial ou uma actividade departamental perfeitamente razoável a andar em relação à qual apenas houvesse que dizer isto: “Ah, vamos comprar mais um barco para a Transria e continuar a dar o apoio”, mas o que é a Transria? Quando é que a Câmara vem aqui e diz: - a Transria é uma ficção, é um buraco, é uma confusão, em que esta Câmara está metida há uma data de anos. Começou mal, e ainda não se solucionou, e neste momento ao fim deste tempo todo, pensamos que a solução é esta, ou aquela, ou aquela. E não preciso de ouvir falar de verbas para ouvir falar da Transria, eu quero ouvir falar da Transria e depois digo assim: “portanto, agora, vamos comprar, vamos fazer, vamos continuar a dar todos os meses, qualquer coisa”, assim, o que é que me interessa que aqui falem da Transria? Eu não sei o que é a Transria, ninguém me diz, aqui não diz, isso não é aqui que dizem, onde é que vão dizer? No boletim municipal? No próximo, é?

Não vale a pena perder tempo com isto, o que é que me interessa a mim o que é que está por trás da decisão da Câmara, numa sociedade, irregular com está a Transria, vir aqui anunciar que vai gastar mais de 50 000 contos em comprar um barco? Em vir aqui dizer, que são mais 12 500 contos para sustentar a Transria. Mas o que é que é sustentar a Transria? O que é a Transria? São funcionários da Câmara, afinal de contas estão lá deslocados? Mas a Transria é uma sociedade comercial? Quem são os sócios da Câmara? Afinal de contas a Câmara já não tem sócios, mas ainda tem 3 quotas. Quer dizer a Câmara é ao mesmo tempo sócia, sócia e sócia. Então é dona. É a única capitalista da sociedade? Mas isto é uma sociedade? Quer dizer, isto é uma confusão. E é chato. E eu só pergunto é isto, mas será que a Câmara, não tem a noção, de que já deveria ter resolvido o problema ao menos ao nível jurídico-formal da sociedade chamada Transria? Mesmo que não conseguisse resolver o problema, em termos económicos, em termos operacionais, porque há dificuldades nisto, há dificuldades naquilo, mas a Câmara ainda não conseguiu? Está no fim do mandato, herdou isso já no mandato anterior e ainda não conseguiu? Já não vai conseguir. E a prova é que não tem intenções nenhuma de conseguir, porque a maneira como apresenta a questão aqui a nós, hoje, no Plano de Actividades, é assim: "o continuar de apoio e para melhorar as ligações, a aquisição de uma embarcação", pronto, toma lá Assembleia Municipal, amanhã-te com esta e ficas a saber tudo o que precisas de saber sobre a Transria. Isto, peço desculpa, mas realmente não é nada.

Só uma questão, eu acho impressionante mas se calhar é por desconhecimento técnico, que em relação à pavimentação betuminosa de arruamentos urbanos, e penso que quando se fala de arruamentos urbanos, são os arruamentos propriamente do perímetro urbano da cidade propriamente dita, na medida em que há aqui discriminação, de verbas em relação a alguns arruamentos importantes, como a Avenida Central e depois é quase tudo, em freguesias da zona rural como se costuma dizer, portanto, os urbanos, ou seja cidade, estão previstos apenas 35 000 contos. Eu se calhar não percebo nada disto, mas acho, por comparação com outros investimentos previstos aqui, acho que para a situação em que estão os arruamentos urbanos desta cidade, 35 000 contos é obviamente à partida, uma verba irrisória. Diabos me levem se com 35 000 contos há empreiteiros, que façam os arranjos de betuminoso, que as ruas da cidade precisam para ficar minimamente dignas de serem ruas de cidade. Custa-me a crer, mas Deus queira que eu me engane; aqui é só uma dúvida técnica, se me enganar tanto melhor".

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Élio Manuel Delgado da Maia, Diogo Manuel Soares Machado, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Gonçalo Nuno Caetano Alves.

Vogal António Salavessa:

“Este objectivo 09, é em termos de verbas que estão previstas no Plano, é o segundo objectivo mais importante que a Câmara Municipal nos propõe. Parece-me ser também um programa, um objectivo que é ambicioso. Ambicioso porque, em grande parte não depende da capacidade da Câmara, depende de um conjunto de outras entidades, daí que estou convicto que este é o objectivo do “vamos ver”.

Vamos ver se o PS cumpre a sua promessa de começar o ICI no ano de 1997; vamos ver se a Direcção Geral Transportes Terrestres/CP, cumpre, o que está previsto em relação às verbas para as passagens desniveladas, de ultrapassagem da linha do norte. Vamos ver se a Direcção Geral de Viação sempre envia as verbas necessárias, para os atravessamentos superiores na Artur Ravara e noutros locais. Vamos ver se o PS cumpre a promessa de compartilhar a aquisição da lancha da Transria. Portanto há aqui uma questão de “vamos ver” que em conjunto com a capacidade da Câmara em minha opinião é cá estaremos depois para ver, de facto, o que é que vai ser cumprido ou não.

Mas é pena que seja assim, porque este objectivo é também o objectivo da paciência, da população de Mataduchos, que de facto precisa e quer, a passagem de nível superior, e que a Câmara já lá pôs a placa em Novembro. A placa que diz prazo de execução 6 meses, era para saber se os 6 meses, a contar da placa, ou se é a contar mais tarde, da data de execução da obra. Tal como também é a paciência que ainda há em S. Jacinto, à espera que haja soluções, e que já se podia dizer, humanas, para a qualidade da travessia da Ria de Aveiro para S. Jacinto e vice-versa. É a paciência que falta para os atravessamentos para tudo isto que eu citei.

Está prevista a compra de 4 mini-buses. Ora se é mais um, ou se não é confusão, passaremos de facto entre Câmara e Serviços a ter uma frota muito interessante. Vamos lá a saber se são oferecidos se são dados; era um esclarecimento complementar. O Sr. Presidente e a Câmara, dizem-nos que querem pôr os mini-buses, a fazer a ponte entre o estacionamento externo e o centro da cidade. Pudessem desenvolver esta ideia, como é que isto se vai fazer, se é em estilo vai-vem, se é com horários preestabelecidos e acima de tudo, se é pago ou se não é pago, ou se, sendo gratuito se os estacionamentos protegidos pela Câmara

passam a ser pagos, que nos deixem claro, aqui, quais são de facto as intenções em relação a esta política de pequenos autocarros e parques de estacionamento, etc., etc.. Queria deixar ainda, dentro do estacionamento pago, mais uma vez a opinião de que se está a exagerar no alargamento das áreas com parcómetros”.

Vogal Virgínia Veiga:

“Gostaria de dar aqui algumas pequenas achegas, embora tenha a sensação de que são perfeitamente inúteis. No sentido de que algumas já foram faladas aqui, outras pelos corredores, portanto não são, nenhuma delas, novidade para ninguém. E claro que quando trago aqui qualquer achega que me pareça positiva poderá ser encarada com sentido crítico ou com o sentido de uma crítica à Câmara, o que deixa algum amargo de boca (sobretudo agora que se discute o Plano de Actividades e Orçamento) a sensação estranha de que não estamos aqui a fazer praticamente nada.

Porque, já agora permitam-me, uma coisa também sobressaiu de todas estas reuniões que temos tido nos últimos dias, é que não se tem feito aqui oposição por oposição. Noto que não há nesta Assembleia atitudes como tem havido noutras Câmaras por perto, atitudes pura e simplesmente de ataque. O que tem havido aqui é todo um conjunto de sugestões feitas ao longo deste mandato, feitas sempre para não serem ouvidas. O Sr. Presidente já aqui se queixou de não ter mais sugestões. Por mim, a sensação que tenho é de que todas quantas aqui trouxe, quando foram aceites o foram apenas para me mandar calar. Deu-se sempre a impressão de que “sim senhora”, disse-se que estava tudo muito bem, que se ia tomar em atenção. Salvo o devido respeito, não vi nada disso. E fico tão mais “triste” (para utilizar a palavra que o Sr. Presidente da outra vez criticou), quanto hoje ouço o Sr. Presidente dizer, depois da intervenção do Sr. Professor Rosa Pires e do Dr. Vítor Mangerão, sobre a questão do turismo, e passo a citar: “que têm sido feitas coisas mais importantes com as pequenas rubricas, do que a crítica que aqui tem sido feita.

Valha-me Stº. Ambrósio e S. Tomás de Aquino! Qualquer pessoa que tenha ouvido, com o mínimo de lucidez e atenção, as críticas que em relação à questão do turismo aqui foram postas, não pode, dizer que as pequenas medidas (as pequenas rubricas - a expressão é do Sr. Presidente da Câmara, o adjectivo não é meu), são mais importantes do que as críticas que aqui foram feitas.

O Sr. Presidente achar que a sua noção de continuidade é mais acertada que as noções de mudança que aqui têm sido defendidas. Uma coisa não pode com certeza: é dizer que as medidas que foram tomadas no campo do turismo pela Câmara Municipal são mais

importantes do que as críticas fundamentadas, as sugestões sérias, profundas e estudadas, que aqui têm sido apresentadas por várias pessoas, não apenas da bancada do PSD mas, em muitas ocasiões, pela bancada do PS e, fazendo justiça também, até pela bancada da CDU.

Isto para dizer ao fim e ao cabo, que as sugestões que aqui tenho feito relativamente aos transportes, aparentemente são dadas como aceites e, afinal de contas, não são executadas. O paralelo é o mesmo: se não são executadas haveria que ter a energia, para usar também expressões citadas, de dizer porquê e de mostrar algum objectivo à distância, alguma luz à distância, alguma energia à distância. Nem uma coisa nem a outra.

Não foi possível, por exemplo, fazer as pistas cicláveis, em cima da ponte de pau, aqui expressamente prometidas, pelo menos por três vezes, muito bem não havia que ter aceiteado essa sugestão. Se era manifestamente impossível, se o plano já estava aprovado noutro sentido, se o orçamento já estava aprovado noutro sentido, então haveria que ter a coragem de dizer "isso não é possível", era sincero, dizer temos esta solução alternativa, aquela ou aquela outra. E aparecem no Plano, aparentemente, soluções alternativas porque vêm pistas cicláveis. Só que, lá vêm as pequenas rubricas, as pequenas coisas ou tão grandes como ligar com pista ciclável a Universidade à Estação. Vou ficar para ver, e quero ver.

Repito uma sugestão que há muito tempo não vejo orçamentada em lado nenhum: o arranjo da estrada (que tive o cuidado de perguntar ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Glória se tinha nome. É a estrada de trás, é a estrada da CP, é a estrada paralela a linha de caminho de ferro) essa estrada ficará ali para servir também, espero eu, o Centro de Saúde logo que ele abra. No Transporte, na política de Juventude, porque o plano é só um e, porque naquele sítio neste momento se faz tráfico de droga à vista de toda a gente e se injecta droga à frente de toda a gente. Não está iluminada, as pessoas não a podem utilizar.

Já agora, para que a Câmara saiba, escusa de ficar preocupada porque não vai poder de maneira nenhuma deixar que as garagens clandestinas vinguem porque elas estão em cima de domínio público, portanto não usucapível, como toda a gente sabe. E, lá está, não vejo em lado nenhum nada escrito e no, entanto, o Sr. Presidente no outro dia disse que isso ia ser feito. Vejo pistas cicláveis, tudo e mais alguma coisa (e, já agora se há mais coisas agradecia que de facto que fossem ditas). A ideia que eu tenho é que sempre que alguém traz aqui uma sugestão crítica que possa ser positiva, o receio de que a comunicação social a ouça e que seja ouvida por terceiros lá fora faz com que nos seja prometido que a sugestão vai ser acatada, para se

seguir uma política, resumida nessa frase, na frase que foi dita, "pequenas rubricas servem mais do que as grandes criticas": as grandes criticas, Sr. Presidente, são um luxo de uma presidência com uma oposição crítica e não com uma oposição no sentido negativo do termo.

E permito-me, para terminar, chamar-lhe a atenção para o facto de existir uma grande diferença entre "continuidade" e "evolução". Para o facto de existir uma grande diferença entre "medidas" e "arranjos". Salvo o devido respeito, o que nós temos aqui é de facto continuidade e arranjos. Não temos medidas, medidas a sério e evolução".

Vogal Victor Martins:

"Eu desejava fazer uma pergunta ao Sr. Presidente, em tempos os moradores do Bairro do Francês fizeram-me uma reclamação sobre os alcatroamentos daquele Bairro, em virtude do loteador ter falido, e depois tenho conhecimento que a Câmara ficou, com três ou quatro lotes, que os vendeu, para fazer as infra-estruturas. Mandei um officio para a Câmara e disse-me então que ia para o Plano de Actividades, mas no Plano de Actividades não constam, estas ruas. Por outro lado queria saber também em relação ao pontão da variante, que há anos que se vem a falar nesta situação, e hoje reparei que a freguesia ficou com menos uma saída, porque junto à antiga Escola de Condução Santos e Gamelas, fecharam o trânsito, a JAE hoje cortou, mais essa entrada e possivelmente também vão fechar a zona da Policlínica. Por isso estamos a ficar fechados, temos neste momento só a Guarda Fiscal e a saída por Esgueira. Foi hoje que andaram a fazer esses trabalhos, a pôr uns separadores e fecharam a parte da Guarda Fiscal. Por outro lado, em relação à ICI queria saber, em virtude de passar também na minha zona, bem como o Eixo Estruturante, como é que se encontram estas duas vias. Gostava de saber também se o Sr. Presidente tem algum conhecimento em relação ao quartel da PSP, falo no quartel da PSP, da área que a Câmara Municipal tem reservada, cerca de 10 000 metros, em que tem sido adiado, já mesmo a Junta de Freguesia falou diversas vezes, não com este Ministro, mas sim com o anterior, e temos conhecimento do plano e a promessa era que em Janeiro de 1996 arrancavam as obras, havia 120 000 contos em PIDDAC e até hoje nada.

A informação que temos é que o actual Ministro, acha que Aveiro não é prioridade, não está em grande necessidade. Eu como Aveirense acho que, o quartel da PSP onde está instalado, não dignifica as forças da autoridade e por outro lado, tanto a St^a. Joana, S. Bernardo e Esgueira tinham a promessa que esse quartel ia beneficiar toda aquela zona em policiamento, que raramente é feito".

Vogal Jorge Nascimento:

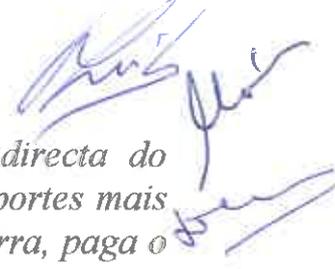
"Este objectivo, é um objectivo grato a este executivo, a esta bancada e sobretudo à população do município. Penso eu que a Câmara, o executivo, pode orgulhar-se de ter seguido uma boa política viária e de transportes neste município desde continuamente e reiteradamente 1976 até agora, e eu espero que no futuro continue a segui-la.

Consigna aqui de facto, uma verba importantíssima, uma fatia larga, de um orçamento previsto e que apoia o sustentáculo financeiro deste Plano. E fá-lo bem. Desde há longos anos temos vindo a assistir, desde 1976, realmente a que os acessos que então se faziam em Aveiro, o desenvolvimento, o processar do trânsito que aqui se fazia, era dificultado. Hoje temos a comunicação entre o centro do município, a cidade, e entre as freguesias feito com fluidez, numa situação ímpar, de que sendo Aveiro uma cidade populosa com imenso tráfego, a situação ímpar é comparada com outras cidades da mesma dimensão onde para entrar no centro dessas cidades é muito difícil, aqui em Aveiro tudo se processa com relativa velocidade e continuidade, salvo um trecho ou outro, podemos até localizá-lo que é a Avenida Lourenço Peixinho. Portanto eu penso que a política seguida de planificação e sobretudo execução seguida por este executivo, pelo executivo maioritariamente PP é de aplaudir neste âmbito como noutros que aliás, e até muitas vezes diz-se aqui que o executivo não faz, nós compreendemos, são preocupações e são atitudes e são manifestações próprias da oposição e são válidas, devo dizer, a oposição é desafiante nas críticas que faz e a oposição é importante que seja forte como esta é, e o executivo vai de alguma maneira, não sempre, porque as oposições não são poder e evidentemente, o poder é nosso, por enquanto esperamos que se mantenha, não é? Nem sempre se pode dar acolhimento às oposições senão não seria o nosso executivo PP com filosofia própria, a desenvolver a sua filosofia de actuação, mas seriam as ideias e a filosofia de actuação das oposições, portanto as oposições compreenderão, mas para nós como disse, não deixam de ser válidas as críticas que as oposições façam, mas para nós, são muito mais importantes as críticas que a população vem fazendo e essas manifestam-se como é bem de ver no voto. Felizmente vamos tendo esse apoio, não é? E portanto isso é a

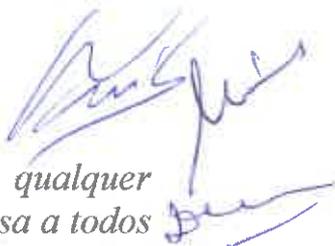
melhor benção, digamos, para a continuidade de que o executivo fala. Portanto, neste campo e agora concretamente neste Plano, tem verbas importantes, procura-se ainda facilitar mais os acessos, evitando passagens de nível, numa medida que merece da nossa parte grande aplauso, centraliza-se, a administração, ou procura, penso que vai ser proposto, a descentralização, prevê-se aqui uma verba de 160 000 contos a distribuir pelas freguesias, para elas próprias administrarem, evidentemente consignadas a determinados objectivos e esta Assembleia penso que vai autorizar isso. E depois temos aqui verbas que somam no bolo conjunto 717 200 contos, o que é uma verba importante, para que se siga a política que vem sendo seguida até aqui e que é importante e merece o nosso aplauso, está de parabéns o executivo maioritariamente PP com a composição que têm”.

Vogal Olinto Ravara:

“No meu entender não está em causa nenhuma das aplicações e dotações orçamentadas nesta rubrica, porque tudo aquilo que aqui está de facto reflecte as enormes carências do Concelho, tanto na zona urbana como na zona rural, em matéria de comunicação. Agora o que eu poderei questionar, são outras questões que apenas aqui são afloradas. Por exemplo o Centro Coordenador de Transportes, que de há muitos anos a esta parte, é um investimento que está feito, que não tem praticamente aplicação nenhuma, a não ser servir de ponto de referência e controle do tráfego urbano, ao nível dos STUA, mas aquela sua finalidade inicial desapareceu do mapa. Mas também ao nível dos transportes e tem a ver com o protocolo que foi celebrado há muitos anos atrás com a CP, no âmbito do qual se tem vindo a fazer a supressão das passagens de nível e muito bem, aí tem todo o meu aplauso, mas já por exemplo relativamente à plataforma de transporte inter-modal de mercadorias, que é uma obra essencial para o desenvolvimento do Concelho e da região de Aveiro e ai nicles. Nunca mais se falou do assunto, que é feito das permutas de terrenos, que é feito do protocolo com a CP? Mas também a questão do transporte fluvial, me merece a mim, assim um reparo apesar de breve, porque aquilo que devia ser dito, já foi dito e bem, por colegas meus. É que no meu entender continua a ser importante pensar-se na municipalização dos transportes fluviais, da mesma forma que se municipalizaram os transportes terrestres. Faz todo o sentido para mim de facto, acabar com a Transria, assumir de vez a questão do património e a questão das dívidas e das responsabilidades civis e financeiras que pendem sobre a Transria, e transferir tudo isso para os Serviços Municipalizados ou para a Câmara Municipal. E quanto a isso também gostaria que a Câmara tivesse uma palavra sobre o assunto. E gostaria de chamara a atenção para que, os transportes


para a praia, apesar de não serem da responsabilidade directa do município, serem extremamente caros, se calhar são os transportes mais caros do país. Portanto quem utiliza as camionetas para a Barra, paga o "couro e o cabelo" para lá chegar. E também aqui assim eu creio que poderá haver uma solução de carácter municipal para esse efeito, nomeadamente através de negociações com a empresa proprietária dos transportes. Mas para mim a questão que me traz mais amargos de boca, diz respeito ao estacionamento alternativo ao Cojo, e de um modo geral do plano de estacionamento no centro da cidade. Há muitos anos e não é de agora, não é deste mandato, é do mandato anterior e se calhar já vem do outro que o Dr. Girão dizia e enchiam-se páginas de jornais, é bom que se lembrem, e o Sr. Eng.º Vítor Silva também em evidência por aquela acção, mandar umas colheradas sobre a questão do estacionamento, e isto dizia-se que já estava resolvido, estava em vias de solução, que os estudos já estavam praticamente na calha e estavam a acabar, e os aveirenses andavam à espera do dia seguinte, para resolver o problema de estacionamento. A verdade é que decorridos anos e anos e anos, os aveirenses continuam pacientemente à espera da conclusão do plano de estacionamento, e isto meus senhores, agravou-se agora com a construção, com o início das obras do Cojo. Andamos todos à "rasca", que é o termo, anda-se meia hora para se conseguir estacionar o carro e os estacionamentos que foram criados, não respondem efectivamente aos problemas que foram criados.

E eu gostaria de saber como é que nós estacionamos, agora com o tempo de chuva, são autênticos charcos de água, que nós temos que andar à procura de um espaço para estacionar, para sair do carro. E será que o mini-bus, que aqui está no plano, é para fazer o transporte desse parques alternativos, que até acho muito bem, por exemplo, está aqui um parque ao pé da Ponte de S. João, nunca lá tem ninguém, não sei se repararam nisso, mas passo sempre lá e vejo aquele parque sempre vazio, ora aí está uma excelente aplicação para o mini-bus. Quer dizer, em dias normais, aquele parque de estacionamento está vazio e se há problemas no centro da cidade com o estacionamento, que há, então se calhar o mini-bus até já se tinha justificado, a sua aquisição para fazer o transporte permanente, entre o parque de estacionamento ali da zona da lota e o centro da cidade. Não me digam que isto é perto? Não é perto para quem está habituado de facto a não ter problemas de estacionamento, isso acaba por ser muito longe. E já agora permitam-me que mande a minha última sugestão. Eu sugiro ao executivo municipal que acabe de vez, com os transportes privilegiados de tudo quanto é entidade pública. Não faz sentido, hoje, com os problemas de estacionamento que existem na cidade, que qualquer bicho careta que é


Director Geral ou Sub-Director Geral ou Secretário de qualquer repartição pública, tenha o seu lugar privativo. Isto é uma ofensa a todos os cidadãos que pagam impostos. A minha maneira de ver as coisas é muito clara, acabar com todos, os estacionamento privados. A que propósito é que o Presidente do ICEP, por hipótese, que eu não tenho nada contra ele, a que propósito é que tem um lugar ali na Avenida? E a que propósito é que ali assim a AMRIA tem um estacionamento lá? A que propósito? É um cidadão exactamente como eu e como qualquer pessoa. Com a agravante se calhar, nós gastamos muito mais dinheiro ao Estado à procura de estacionamento que esses Senhores. Eu acho que à face da lei, não há razão nenhuma para se continuar a manter. Isto não é uma questão de resolver problemas de estacionamento, isto não resolve nada, quanto a mim é uma questão de justiça, de igualdade dos cidadãos perante a lei e perante o mesmo problema. E posto isto ficava a aguardar as explicações, se caso o entender, do Sr. Presidente da Câmara”.

Sr. Presidente da Câmara:

"Ouvi uma referência à verba diminuta para a zona urbana em termos de pavimentações. De facto não é muito grande, apostámos um pouco na zona rural com a delegação de competências e ficou prejudicada a zona urbana. Mas estamos sempre a tempo, no decorrer do cumprimento deste Plano em fazer as alterações que foram julgadas necessárias para acorrer e aumentar esta verba. Relativamente às passagens desniveladas, achei muita piada à expressão do Sr. Salavessa de este Plano é um "Plano de vamos ver"; mas são todos "de vamos ver" também de certo modo. Não significa que ele seja concreto, e penso mesmo que esta discussão à cerca deste Plano, com excepção de uma ou outra intervenção agora aqui ouvida, que se refere genericamente a ele, só é possível tê-la com o pormenor com que o Sr. falou e todos os deputados falam por ser bem explícito. Se tem muita verba, se tem menos verba, é possível, se calhar está mal calculada, temos que compreender que nem sempre se acerta. No decorrer do ano são dadas as explicações à Assembleia, e até a nós próprios, falhámos ou não acertámos, relativamente a esta situação. Ninguém previa por exemplo o ano passado aquelas intempéries, daqueles problemas todos que criaram algumas dificuldades, que até se teve que recorrer a alguns dinheiros de outros lados. Mas também é de "vamos ver", este objectivo, grande parte delas são participadas, está nessa lista que consta do Plano, todas elas que estão aqui em termos de passagens desniveladas, em termos de participações para a N.335, são participações garantidas, aliás a 335 começou já hoje uma 2ª Fase. De modo que não é bem aquilo que afirmou do "vamos ver", há algumas garantias na execução deste objectivo. Sobre Mataduchos e S. Bernardo, eu felicito-o, pela sua

observação e pela sua atenção, que de facto demonstra, aliás é conhecido pelos seus estudos, dos próprios planos, das suas propostas. Foram lá colocadas as placas, no momento em que o visto do Tribunal de Contas foi concedido, e neste momento estão para iniciar, a consignação está em execução, para começarmos a obra, os sete meses é a partir a consignação.

Agora, eu tenho algumas dúvidas se terei dito que as pequenas rubricas do Turismo eram mais importantes que as críticas. Pelo menos não foi essa a minha intenção. Tão importante é uma coisa como a outra, a crítica é salutar, a crítica traz sugestão, traz opinião e é aceitável, aí estamos todos de acordo. O que eu quis dizer na altura foi de que o pequeno investimento que estava aqui a ser anotado pelos Srs. Deputados em termos de Turismo, não significava que nós não tivéssemos uma acção, no meu entender, significativa. É claro que eu não tenho um plano de turismo, de desenvolvimento turístico, não tenho aqui um objectivo, em que vá gastar dezenas e dezenas de milhares de contos que seriam necessários, eu não tenho aqui uma visão nem explicação deste objectivo; de um casino, de grandes marinas, que naturalmente atrairiam turismo efectivo, real, permanente. Agora, há sempre obras que não ocorrem, julgo, e voltando a falar da Rota da Luz, que foi a intervenção da Dr. Virgínia, que tem a sua abrangência a nível regional e mantenho-a, tenho que discutir, qual o seu investimento no meu Concelho, tenho que discutir de facto as formas como se dispersa e como compreende o Turismo, mas é um órgão independente. Mas a verdade é que os do Norte do Distrito que estão integrados na região questionavam, porque é que fica tanta verba. Havia uma rubrica que dizia "atribuições para acções que as Câmaras desenvolvem em termos de animação turística", em que, naturalmente, se colocavam a animação cultural, a animação desportiva que as Câmaras entendem como com alguma capacidade de atracção turística. Naturalmente que a maior fatia era para a Câmara de Aveiro, porque é também aquela que de onde a Rota da Luz tira maior rendimento em termos de impostos. Agora, está com algumas deficiências? Funciona menos bem? Ou não estará tão atenta aos problemas de Aveiro? É um assunto que se toma nota e a câmara terá que o colocar à Rota da Luz na medida em que há aqui uma manifestação de desagrado de reunião a reunião. Vamos transmitir isso à Rota da Luz, ao Sr. Presidente e à Comissão da Rota da Luz, para ver se as coisas se alteram e que nos dêem uma resposta que eu possa falar numa outra reunião. De outro modo eu não posso condenar a Rota da Luz, está a exercer naturalmente o melhor que pode a sua acção, em termos de Região. E continuo a dizer, como a Associação de Municípios da Ria, como a Associação de Municípios do Carvoeiro, como outros

interesses que interessam à nossa região; ou eles são tidos em conta por todos os Concelhos que vivem à volta da Ria e em conjunto, ou não teremos nada ou teremos pouco.

A questão das sugestões, eu penso que elas têm que ser tomadas para desenvolvimento desta Região, em conjunto por todos os Autarcas, pelas entidades, por aqueles que têm naturalmente um lugar e uma resposta a dar às questões que se levantam aqui.

Quanto às pistas cicláveis, questão aqui levantada pela Dr.^a Virgínia Veiga, eu afirmei aqui duas vezes ou três quando se falava da ponte de pau, é claro que se falava da Ponte de Pau muitas vezes não pela pista ciclável, mas sim para a criticar. Mas aquilo que foi dito mais tarde e eu confesso aqui a minha culpa, convenci-me que sim, não estava no projecto, mas era possível pela largura com que iriam ficar aqueles passeios, ou como era dito, seria possível marcar uma faixa em que a bicicleta transitasse sem pista alguma, isto foi o que me foi dito na altura e eu confiei. Mais tarde quando vejo aquela protecção lateral inclinada para dentro, aquelas barras de protecção, quando podiam ficar na vertical, mas foi aconselhado tecnicamente por causa dos perigos, fazê-la vertical, eu aí não dei conta mais onde estava a pista ciclável.

Relativamente ao terminal ferroviário e ao protocolo da CP, Sr. Dr. Olinto Ravara, o protocolo com a CP continua válido, temos contactos permanentes com a CP, adquirimos, (eu não tenho uma planta agora para pôr aqui, mas pode ser presente), os terrenos suficientes nesta data para a instalação do terminal ferroviário, o maior terreno era o terreno da Aleuia, foi já negociados mais ou menos há um mês, está em condições a CP de investir no terminal ferroviário. Os outros contactos que tive sobre esta matéria, fui informado não pela CP mas por outro organismo estatal, de que há verbas para este efeito para arrancarem com a construção. Uma coisa fica aqui dita, a Câmara pela sua parte, os compromissos que assumiu neste protocolo, cumpriu na íntegra, da parte da CP, até hoje, a não ser o encerramento das passagens de nível e todo o trabalho que tem vindo a melhorar os transportes na linha do caminho de ferro, não avançou ainda, a não ser a Urbanização da Sr.^a do Álamo e aquelas negociações que isso cumpriu-se, e a transferência de todos os terrenos por onde passava a linha e que ia até S. Roque, esses terrenos são todos da Câmara Municipal, estão as escrituras feitas. Os outros compromissos, que era a passagem desnivelada para pedes junto à estação, o início da construção do terminal ferroviário, ainda não as pôs em prática, portanto o atraso está do lado deles. Neste momento tem mais uma vez um novo Presidente do Conselho de Administração, aguardamos chegar junto deles para lhes levar e lembrar o protocolo e depois disso eu posso-lhe dar alguma

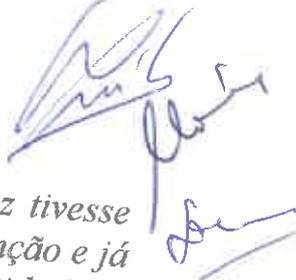
decisão sobre este assunto. Também queria dizer que a questão do terminal ferroviário ficou também algo atrasada porque a CP dizia que não tinha condições financeiras para o fazer. Não tenho dúvida do cumprimento deste compromisso da CP, o que seria portanto de certo modo grave, devido ao investimento vultuoso já na compra de terrenos em toda aquela zona do Paço, além daqueles que são necessários para este, temos estado a investir noutras zonas para outros fins, dado que é uma zona que tem interesse em termos de Plano Director Municipal para outros investimentos.

Seguidamente tomou a palavra o Sr. Eng.º Vítor Silva dar alguns esclarecimentos àcerca de algumas questões que foram levantadas. Em relação à questão levantada pelo Sr. Barbosa àcerca dos parcómetros, embora seja neste momento uma questão do domínio do Sr. Tenente Coronel, eu gostava de dizer que o seguinte: sendo eu um dos responsáveis neste município pela questão de transportes, para mim quanto mais parcómetros pior, até porque quanto mais fácil for o estacionamento, menos gente anda de autocarro e como sabem cada vez há menos passageiros. Quanto à questão levantada pelo Dr. Victor Mangerão, fui também, talvez um dos primeiros responsáveis da criação da Transria, eu penso que não começou mal, começou da forma que era possível, não digo que começou bem, começou da forma que era possível, se calhar continua é mal, já não da responsabilidade, digamos, deste executivo, mas continuou mal do executivo anterior. Espero que este assunto venha aqui a ser discutido, para que se possa dizer muita coisa àcerca da Transria, no sentido de arranjar soluções e eu se calhar terei alguma propostas para fazer. O Sr. Salavessa também levanta aqui a questão dos mini-buses, quatro para os transportes urbanos e quatro para a Câmara. São duas coisas distintas, embora sejam mini-buses na mesma. Os da Câmara são mini-buses que se pretende que venham a fazer o transporte entre as regiões locais e as zonas de estacionamento da periferia e o centro da cidade. Os mini-buses dos STUA têm outra finalidade para os transportes regulares, na substituição de autocarros que cada vez têm menos passageiros e que têm que circular nas horas intermédias com pouca gente. Quanto à questão de saída na mão, colocada pelo Sr. Victor Martins, que eu tenha conhecimento para já não é para mexer nessa situação, a entrada saída na mão quem vai no sentido do Porto, o que se pretende ali é cortar o cruzamento, isso é que é perigoso, mas assim que seja possível fazer o arruamento da Guarda Fiscal até ao cimo da estrada da Presa, até à estrada da policlínica, essa situação deixa de se pôr.

Sobre o Centro Coordenador de transportes, Sr. Olinto Ravara, é uma questão que tinha razões em termos de tempo para ser

construído, posto abaixo e construído de novo. Estamos de acordo, simplesmente às vezes há problemas que nos transcendem, nomeadamente a aquisição de terrenos, o problema que se punha era de um pequeno terreno que está no centro do parque de estacionamento que nos impediu a continuação da obra, neste momento este problema está ultrapassado, mas foi uma negociação que demorou muitos anos. Agora municipalizar os transportes, não sei que lucro trariam os munícipes e S. Jacinto com esta brincadeira, é uma questão que podemos discutir aqui depois, eu pessoalmente sou frontalmente contra, aliás penso que numa altura em que estamos de privatizar, penso que não é de municipalizar, mas é uma questão que deve ser discutida na altura própria, quando se falar aqui dos transportes da Transria, devemos discutir esta situação até encontrar uma solução. O problema dos transportes com os operadores privados, já se tentou e neste momento há um acordo entre os transportes da Ria, neste caso da Transria, e a Auto Viação Aveirense que é o único operador que lá está, em transportar o pessoal de S. Jacinto e para S. Jacinto, em complemento do transporte da Transria. Como sabem noutros tempos as lanchas vinham aqui ao centro da cidade, isso por razões económicas deixou de se fazer e fez-se o complemento com a Auto Viação Aveirense. Agora, é muito difícil, porque o alvará desta carreira é de um operador que dificilmente abdica dele porque é uma carreira lucrativa, se fosse uma carreira sem lucro era fácil negociar. Já se tentou fazer, e penso que será o futuro disto, conciliar os transportes urbanos municipais, com os de Ílhavo e os da Gafanha. Agora os operadores de Ílhavo e da Gafanha dificilmente, pelo menos enquanto forem digamos protagonistas, penso que dificilmente chegam a um acordo.

Seguidamente tomou a palavra o Sr. Tenente-Coronel Albuquerque Pinto a fim de esclarecer algumas questões. Respondendo ao Sr. Barbosa sobre a questão do cartão de morador e sobre a instalação de parómetros no centro urbano. O estudo que encomendámos a uma empresa sobre trânsito aponta para a parcolorização do centro urbano quase todo e todas as propostas que temos veiculado à Câmara nesse sentido, são com base nas informações que vamos recolhendo desse estudo. O estudo está a ser feito por uma empresa especializada, uma empresa que está a revestir o seu relatório com muito cuidado e portanto das duas uma, ou nos aceitamos o parecer técnico dessa empresa e fazemos conforme ele nos aconselha, ou não aceitamos e continuamos a fazer aquilo que entendermos bem ou mal. Entretanto, na minha perspectiva, e enquanto tenho sido responsável por isso tenho feito as propostas fundamentando-me nas informações que a empresa me vai dando sobre a instalação de parómetros no centro urbano. Quanto à figura do cartão de morador, se alguma vez se falou


em cartão de morador eu devo dizer, que neste mandato talvez tivesse sido eu a pessoa que veiculou essa figura, portanto a minha intenção e já está escrita numa proposta que não foi por cinco minutos discutida hoje na Câmara, porque tivemos de vir para aqui, a proposta para se começarem os trabalhos no sentido da implantação dessa figura do cartão de morador. Entretanto eu antes de elaborar essa proposta, visitei várias Câmaras, nomeadamente a Câmara Municipal do Porto, auscultei a Câmara Municipal de Évora, Coimbra, Leiria, sobre esta situação e devo dizer que cada cor seu paladar; portanto há critérios diversificadíssimos sobre este conceito, há inclusivamente Câmaras que têm a modalidade do cartão de morador e têm a modalidade de horários benévolos, digamos assim. É evidente que isto vai depender muito, cada situação é uma situação, cada terreno é cada terreno, e portanto nós é que temos de ter cuidado de ver o que é que mais nos convém para nós. Ainda sobre os parcómetros, haverá parcómetros se quisermos obedecer ao estudo da empresa que o está a fazer, mas haverá também cartão de morador ou haverá uma modalidade benévola para os moradores.

Sobre o mercado Manuel Firmino, devo dizer que de facto concordo com o que aqui foi dito, mas ainda não tivemos oportunidade de pegar neste assunto e será realmente um dos objectivos próximos.

Quanto ao Canal de S. Roque, aos fins de semana de facto o trânsito é difícil, há uma afluência extraordinária de pessoas que procuram a diversão naquela zona da cidade. É necessário fazer realmente um estudo de estacionamento desta zona, mas deparamos aí com grande dificuldade na medida em que todos aqueles terrenos são privados, entretanto vamos ter de estudar essa situação também, na medida em que as pessoas continuam a procurar aquele local de lazer. Sobre as questões colocadas pelo Sr. Dr. Vítor Mangerão e sobre a Transria, eu pouco mais terei a dizer além do que disse o Eng.º Vítor Silva, entretanto digo que, há, três ou quatro propostas para resolução deste problema, uma das quais aponta para a municipalização pura e simples, outra aponta para uma situação de prestação de serviços, veiculada ainda no tempo do Dr. Nogueira Lemos, e uma outra do Eng.º Belmiro Couto aponta para uma situação também desse género. Só que qualquer destas soluções depara com a dificuldade dos tripulantes, do pessoal. Como é sabido pelo Sr. Dr. Mangerão, o pessoal veio dos Estaleiros de S. Jacinto, os tripulantes que são seis, são 2 mestres de tráfego local, 2 motoristas, 2 marinheiros e um encarregado, vieram dos Estaleiros de S. Jacinto, entraram na Transria, por essa porta, e não temos solução nenhuma neste momento para os integrar nos quadros municipais, se quiséssemos municipalizar, por exemplo. Face a esta situação difícil, que tem sido julgo eu, esta que mais tem obviado a que o

executivo tivesse adoptado uma das propostas que tem, nós resolvemos perguntar às Câmaras ribeirinhas deste país, que eventualmente tivessem situações semelhantes, para podermos depois fazer um projecto que nos possibilitasse, propor a publicação de um decreto-lei que formulasse um quadro para ingresso destas pessoas nos quadros municipais. Os resultados obtidos, escreveram-se para perto de 40 Câmaras que eu imaginei que eventualmente tivessem esse problema, 12 responderam, mas 6 têm declaradamente situações muito semelhantes a esta, nomeadamente Caminha, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova da Barquinha, Alcácer do Sal e Vila Franca de Xira. Têm situações semelhantes e portanto a partir daí, nós em várias reuniões conseguimos produzir um documento para se submeter à Associação Nacional de Municípios, para ser encaminhado para a Administração do Território, para ver se sai de facto essa legislação. Neste momento a Associação Nacional de Municípios aceitou o documento, até o laureou, que foi bem feito, e que está bem concebido e que porventura vai ter sucesso, mas isto demorará mais 3 ou 4 meses a correr os seus trâmites. Eu julgo que tem sido esta a grande dificuldade para o executivo ter encarado mais cedo o problema da Transria.

Sobre a administração da própria Transria,. A Transria não dá tanto prejuízo como se diz para aí nem os suprimentos da Câmara chegam a atingir o valor, que as outras freguesias gastam também se se contabilizassem os transportes urbanos que diariamente vão para lá. Eu tenho aqui os últimos números, ainda que não sejam definitivos, porque ainda não foi apresentado tudo, no último ano a Transria levou 10.800 contos de suprimento. Se, o transporte dos STUA para as outras freguesias têm um prejuízo superior a este, dividindo por 13 que é o número de freguesias contempladas, gastam estas freguesias mais em média do que propriamente a Transria. Portanto aí não há grandes preocupações nesse aspecto, há apenas a preocupação de querer institucionalizar de uma vez por todas o problema da Transria.

Sobre o estacionamento alternativo ao Cojo, eu devo dizer que, o que é impossível está feito. Não era possível fazer outra coisa se não arranjar os alternativos ao Cojo, o que vier agora a seguir com a boa vontade de transportes inter-parques de estacionamento, será para fazer com toda a boa vontade e se os meios assim o consentirem. Entretanto eu queria lembrar ao Sr. Dr. Olinto o seguinte, nas cidades médias e grandes os centros urbanos são para os peões, de uma maneira geral, e o acesso de viaturas ligeiras aos parques de estacionamento aí existentes, serão feitos para as viaturas serem estacionadas e pagar estacionamento. Quanto ao plano de parques de estacionamento no centro urbano. O Cojo será uma realidade, terá uma disponibilidade em estacionamento e a par disso, há uma empresa que se propõe construir

vários parques de estacionamento no centro urbano e na periferia do centro urbano. É evidente que, quando essa empresa nos pergunta onde é que nós queremos os parques de estacionamento, nós temos de conjugar a nossa resposta com as respostas, que obtivermos do Plano de Urbanização, do Plano Estratégico até, e da questão do metro de superfície, para podermos avaliar em que sítio e onde devem estar os parques de estacionamento. Estamos nessa fase, portanto os técnicos estão a debruçar-se sobre esta questão e será essa questão que será depois veiculada para que possamos vir a ter parques, quanto bastem no centro urbano que é provavelmente pagos nessa altura, porque hoje em dia já nada é pago nesta matéria no centro urbano”.

Vogal Olinto Ravara:

“Vou ser telegráfico, apenas para reforçar uma ideia. Eu quando falei na questão do protocolo com a CP e falei na questão da plataforma ferroviária, queria chamar a atenção e sensibilizar o executivo de facto para uma questão que é premente e que se calhar não se apercebeu, mas eu já vou explicar qual é a eventual gravidade da situação, que é a seguinte: o anterior Governo tinha previsto fazer da IP5 uma auto-estrada, isto estava previsto, isto conferia uma grande importância ao porto de Aveiro, e os investimentos no porto de Aveiro eram justificáveis, porque era um centro inter-modal, e era uma das pontas privilegiadas da Europa, era a porta de saída de Portugal. E com a desclassificação política, e também física, da reabilitação da IP5, é óbvio que paralelamente e subseqüentemente, que também, eu temo que haja uma desclassificação desta importantíssima plataforma ferroviária. E portanto o executivo que se ponha à tabela, porque esta plataforma ainda vai parar “trigo limpo, farinha amparo” à Pampilhosa ou a Coimbra e depois não se venham queixar que o Cavaco é que foi o responsável pela transferência dos serviços para Coimbra. Isto é muito importante, é muito importante, isso é estar a prever algo que efectivamente pode acontecer num futuro imediato. muito obrigado”.

Vogal João Barbosa:

“Eu era só para dar aqui umas achegas, e queria responder aqui ao Sr. Vereador dos transportes, e da organização do trânsito na cidade é o seguinte, é uma verdade isto, eu reconheço que o Senhor foi o primeiro Vereador a falar nos cartões dos moradores, só que, também eu quero dizer que desde o princípio deste mandato, ainda o Sr. não era o responsável por este pelouro, eu já me batia aqui pelos direitos dos moradores. E um dia até trouxemos aqui o regulamento do cartão de morador da Câmara Municipal de Braga, só que até hoje, ainda não houve vontade política para realmente se beneficiar o morador. Mas, agora também queria chamar-lhe a atenção, e que penso, o Sr. vai-me

desculpar, que está a elaborar um erro. Eu vou-lhe dizer: o Sr. disse aqui que tem que obedecer às ideias da empresa que está a estudar o problema. O que acontece é o seguinte, segundo julgo eu, a empresa é a Tecnopor. A Tecnopor apresentou até hoje à Câmara de Aveiro um esboço de um estudo que na altura não trazia conclusões nenhuma, era só um esboço, e eu quero-lhe dizer que esse estudo, depois de apresentado à Câmara, tem que ser aprovado pela Câmara e depois rectificado ou aprovado por esta Assembleia e só depois é que realmente se deve colocar os parcómetros ou outras coisas. Mas eu também estou contra os parcómetros, eu acho é que, não se deve beneficiar só os comerciantes, sem se exigir o benefício para os moradores”.

OBJECTIVO 10 - DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, eu não quero ser aborrecido mas eu desde a primeira hora disse que ia intervir em todos os objectivos. O nosso meio ambiente, tem-se degradado um pouco por certas coisas que acontecem nesta cidade. E uma delas é por exemplo as construções que se estão a fazer. Os construtores, põem aqueles painéis de segurança à volta da construção, mas pior que isso, é ao lado, nas ruas, nos pavimentos, nos passeios, fazem daquilo armazéns de cimento, de tijolos e eu acho que devia ter de se olhar a estas situações. Outras situações é que nós não vimos aqui, neste plano de defesa do meio ambiente, uma coisa que seria muito importante e que antigamente acontecia na cidade, era, um valor para a desratização e para a desinfestação. Eu digo isto por duas razões, ainda a semana passada vi respostas a entrevistas nos jornais dos Srs. Vereadores a falarem por exemplo na Ilha do Canastro, e aquilo que se passa na Ilha do Canastro, não é mais do que falta de limpeza, da desratização que se fazia antigamente e da desinfestação. Aliás eu posso-lhe dizer que este ano em Aveiro na FARAV, deu-se uma coisa muito importante que foi a feira da gastronomia, e eu não percebo, como é que se faz uma feira de gastronomia num local, no qual ao fim de 8 dias tinha havido a feira do gado, o que é que aconteceu? Quando lá jantar éramos comidos pela melgas. Esta é uma situação que eu senti.

Outra coisa que não vimos aqui no Plano é que nos Planos anteriores tínhamos o ajardinamento e circuito de manutenção no Canal de S. Roque e neste não traz nada”.

Vogal João da Peixinha:

“Sobre a defesa do meio ambiente, eu gostava de perguntar à Câmara, se alguém está a acompanhar as obras do Cojo? Eu queria

chamar a atenção aqui dos senhores para aquilo que está a acontecer com a limpeza das valas que estão a ser efectuadas no Cojo. A Ria já está a ficar cheia de montes de areia, não sei se já verificaram isso Sr. Presidente. As lamas estão a ser despejadas para a Ria, eu achava por bem que alguém tomasse precauções, porque, algum dia quando se quiser passar a Ria nem é preciso a ponte passa-se bem pelo meio da Ria.

Sobre o problema dos parques e jardins, eu acho muito bem tudo isto que se está a fazer a nível da cidade como a nível das zonas rurais. Só que há aqui a lamentar o seguinte: é que não encontro aqui qualquer verba para a nossa sala de visitas, que é o Parque Municipal. O Parque está totalmente ao abandono, eu disse isto já várias vezes e provo isso aqui, numa das últimas comunicações do Sr. Presidente, constava que se ia dar, alegria ao Parque, ia-se dar outra vivência ao próprio parque. Acontece que nada foi feito, inclusive neste último verão até os pobres dos nossos barquinhos que andavam lá no lago, desapareceram completamente. As pessoas não têm nada, absolutamente nada para se divertir naquele Parque. E não é por ser contra a instalação da casa da Banda de Música das Beiras na casa de chá, mas acho que realmente era um local para aproveitar, para desenvolver, sem ser para instalar lá a Banda de Música. Eu gostava também de perguntar se aquilo é só a sede da Banda de Música, se é lá que se fazem os ensaios, se é lá que se vão fazer essas coisas todas, porque depois eu perguntava, como é que se iam lá buscar os instrumentos, se aquilo guardava instrumentos; então nem as crianças podiam andar no Parque, começam a andar autocarros e automóveis lá dentro para irem buscar as coisas. Bem, eu gostava que realmente houvesse uma explicação sobre isto, porque talvez, por um bocado de tradição e como nasci e cresci naquele Parque, custa-me realmente ver como realmente ele se encontra. Foram apresentadas já aqui várias sugestões, nada foi feito dessas sugestões que foram aqui assim apresentadas. Queria também chamar a atenção do Sr. Vereador Eng.º Victor, que continua o óleo a atravessar a Ria e que é do Parque que vem, e não é do lago do Parque meus senhores, a Câmara Municipal sabe muito bem de onde é que vem aquele óleo todo. Obrigado”.

Vogal Rosa Pires:

“Achamos que, para um município como Aveiro, a perspectiva de política ambiental transmitida por este Plano é de facto muito redutora. E portanto não vamos aí aprofundar muito mais. Mas gostava de dizer e um pouco como contra ponto à questão do Turismo, nós não estamos aqui à espera que haja grandes iniciativas, marinas, casinos, etc., não é necessariamente isso, a questão não é uma repetição clara da

forma como se pensa o ambiente em Aveiro, ou como se pensa o turismo em Aveiro e posso ser muito claro em relação à Ria esta a forma de actuar. Ou seja uma identificação clara das vertentes, que têm a política do turismo ou do ambiente. Em relação à cidade as nossas apostas são em A, em B, em C, em relação aos espaços protegidos que são ambientalmente ricos, as nossa propostas de valorização são estas e os espaços são estes. Em relação a espaços que estão a ser agredidos do ponto de vista ambiental, estão identificados, é X, é Y, estão aqui, estão além, é sobre ele que vamos actuar. É esta enunciação de princípios, que seguido de programas, que seguido de medidas, que obviamente se pretende, não é à espera de grandes realizações. Só uma curiosidade para acabar, este parque da Forca, se não estou em erro, que é assim intitulado, é a parte de cima, aquela parte planalto, planaltozinho que fica aliás identificado no PDM para além do pavilhão, ou é a linha de água, a que é que se referem aqui? Há aqui designações que não são claras para mim”

Vogal Cruz Tavares:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito rapidamente, uma observação global sobre este objectivo. Eu julgo que resumir o problema do meio ambiente a jardins, mobiliário urbano e mais nada, é uma atitude em relação ao ambiente que precisa de correcção imediata. O ambiente não é isto, e se esta Câmara resume as suas preocupações ambientais a estes aspectos, ainda nem sequer, se abordou do conceito de meio ambiente. Em relação a uma preocupação que o Sr. Peixinha há pouco referiu, eu queria alertar a Câmara, para realmente um melhor controle e acompanhamento das obras do Cojo, não é um problema de ambiente, mas está a dar mau ambiente. Não é só a questão levantada das lamas na Ria que é grave, e pode ter consequências a curto prazo muito graves, mas é um outro aspecto, que julgo que não está a ser acautelado, que é da protecção dos taludes por trás do cemitério. Com as chuvas, aqueles taludes estão em perigo de desmoronamento Eu não sei porque é que a segurança da obra não tomou medidas em relação a isso, nós podemos ter um caso gravíssimo que não é um caso humano, mas é um caso de "mortos", que será tão grave como perda de vidas, de haver um incidente com alguns daqueles mausoléus que lá existem. E estamos muito próximos dessa situação uma vez que já houve indícios de desmoronamento. Eu alertava a Câmara para que a Comissão de acompanhamento exigisse que aqueles taludes fossem protegidos contra as chuvadas que com certeza ainda virão nesta época de chuvas. Obrigado.”

Sr. Presidente da Câmara:

"Eu respondia às questões concretas levantadas pelo Sr. Barbosa em primeiro lugar, para lhe dizer que, que tem havido alguns cuidados com a desratização. O último processo que se desenvolveu em termos de desinfestação foi feito em princípios de Novembro. Quanto ao facto de as despesas de desratização não constarem no Plano é porque estas despesas são consideradas despesas correntes. Julgo que tem alguma razão quanto ao comportamento dos privados, contra os construtores civis, eu próprio já tenho tomado a atitude de me meter no carro com o fiscal e percorrer uma ou outra rua e conversar com eles, aproveita-se uma limpeza nesse dia, mas depois há sempre o abuso logo a seguir. É um comportamento que vem de longe, que só com sanções é que se resolveria, pode ser que venham a tomar-se, há de facto alguns abusos. Aqueles papéis que às vezes voam pelas ruas, os plásticos, são resultado da falta de cuidado desses construtores quando abrem as paletes de tijolos e de azulejos, temos andado atentos a isso, mas isso não significa que o meio ambiente se tenha degradado, assim de tal forma como foi dito.

A limpeza no Canal de S. Roque matem-se no Plano, embora aquilo esteja em protocolo feito com a JAE e esteja ao nosso cuidado, a verdade é que dentro da rede de defesa da auto-estrada é complicado, teremos que limpar é certo, mas nunca poderemos limpar a área e nalguns casos quando se chega ao cimo do Canal de S. Roque, a zona a limpar fica com 3 ou 4 metros, porque o resto é a protecção da auto-estrada e ocupam-nos também aí a limpeza da própria auto-estrada, que é uma auto-estrada para nós urbana e que a JAE vem considerando como uma auto-estrada de serra dado que não corta a vegetação circundante, quer nas margens quer na divisória central.

Quanto às obras do Cojo, são chamadas de atenção, eu julgo que alguma da areia que porventura tenha descido ao canal, é resultante da obrigação imposta de lavarem as rodas antes de saírem do espaço, para o transporte, estamos atentos. De qualquer modo vamos estar atentos quer a esta questão, quer à outra que o Sr. Eng.º Cruz Tavares levantou.

Relativamente ao abandono do Parque Municipal estamos a tentar melhorá-lo e a encontrar soluções para as árvores e julgo que ele não ficará tanto ao abandono quando a Orquestra Regional das Beiras, e não banda, se instale na Casa de Chá e que também se instale ali, e vamos fazer para que isso aconteça, e vamos trabalhar para instalar o estaleiro para o Teatro da Companhia Efémere.

Quanto ao parque da Forca-Vouga, hoje até ficou decidido tomar-se uma solução, ou são os serviços internos que fazem um plano de utilização de toda aquela área, ou terá que se abrir um concurso de

ideias para aquilo que deve ter carácter definitivo de importante naquele parque.

Mas estamos a abranger e a cuidar, a nossa preocupação, quero dizer, é desde a construção existente na Forca-Vouga até à Rua das Pereiras, ou seja apanhando a plataforma, é isso que estamos a fazer é essa a intenção"

OBJECTIVO Nº 11 REQUALIFICAÇÃO URBANA

Não se registaram intervenções neste objectivo, pelo que o Sr. Presidente da Mesa deu por terminada a apreciação do Plano de Actividades e Orçamento.

Segui-se uma breve troca de impressões, pelo que o Sr. Salavessa pediu a palavra para se pronunciar sobre o Orçamento na especialidade, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa.

Vogal António Salavessa:

"Primeiro que tudo antes da intervenção queria que me fosse dada esclarecimento muito breve, acho que é uma questão simples, para poder fundamentar a própria intervenção. A que é que corresponde a previsão de uma receita na pag.81, 050301 empresas 5.000 contos? depois queria saber se está previsto no orçamento, alguma entrada ou alguma reposição, por parte de alguma entidade que eventualmente utilize pessoal da Câmara, na sua actividade. No início da discussão na generalidade teçi considerações que tem a ver com o orçamento, não ia repetir aquilo que está dito, até porque a hora vai adiantada, entretanto queria manifestar a minha opinião de que os "queijos" da página 77, ou gráfico de "queijos" se preferirem, parecem claramente optimistas, portanto eu não acredito, que a correspondência quer de receitas de capital com as receitas correntes, quer de despesas correntes com as despesas de capital, acabem por ser aquelas que estão aí previstas. Visto que a margem de não concretização de receitas é muito superior nas receitas de capital e que o resultado final será certamente muito distante disso.

Queria que me fosse explicado de uma vez por todas se for possível, o que é que se passa à volta da concessão à empresa das Águas do Vouga, do sistema multi-municipal do Carvoeiro. As explicações andam embrulhadas de ano para ano, não há meio de nós nos entendermos de qual é que é a situação. No Plano de Actividades e Orçamento do ano passado, estava inscrita uma verba, uma dívida no orçamento, uma dívida por causa do Carvoeiro, uma dívida à Caixa

Geral de Depósitos no valor de 232 855 contos. Este ano essa dívida não aparece, não existe, muito bem, foi paga, ainda bem que foi paga; agora, foi paga com a percentagem correspondente, a quota do município no Carvoeiro é de 52% . Ora 52% e a indemnização à cabeça foi de um milhão de contos, ora 52% de um milhão de contos são 520 mil contos, admitindo que foi paga a dívida de 260 mil, o que é que se passa com o remanescente? O que é que se passou? Entrou ou não nas contas do ano passado? Mas além da indemnização inicial a empresa concessionária comprometeu-se a pagar uma renda anual. Portanto essa renda anual para quem é? É só para a Associação de Municípios? É para a Associação de Municípios ou é distribuída pelos municípios que fazem parte da Associação? Se é pelos municípios qual é a parte que cabe em Aveiro? Onde é que está orçamentada?"

Sr. Presidente da Câmara:

"Em relação aos 5000 contos que vêm na rubrica "empresas", essa verba é para fazer face aos encargos referentes ao pessoal da Câmara que está a prestar serviço na SUMA. Nós pagamos à SUMA uma quantia mensal, penso se não estou em erro, que será à volta de 27 000 contos, mensal e aquando desse pagamento é feito um desconto sobre essa verba relativamente ao pessoal da Câmara que trabalha na SUMA.

Vogal Sr. António Salavessa:

"Há um compromisso mensal da Câmara de 27.000 contos? Portanto aquilo que nos vai aparecer no relatório de contas, para avaliar os gastos da Câmara no sector da higiene e salubridade, aquilo que aparece está só nas despesas? Não há nenhuma contrapartida nas receitas? Estou esclarecido em relação a isso".

Engº. Victor Silva:

"A verba a transferir para os municípios na sua totalidade, a todos os municípios é de 460 mil contos, porque dos empréstimos que a Associação de Municípios fez teve que pagar juros e teve que pagar o empréstimo à C.G.D. Aveiro. Aveiro devia de prestações à Associação de Municípios 60 022 036\$ mais 5 737 834\$, daí, pagando esta conta, caberia à Câmara de Aveiro 172 050 130\$00. Deste valor entrou para a Câmara de Aveiro, mais ou menos 147.000 contos, não sei precisar de momento, e do restante à uma verba, não entregue, para fazer face aos custos da obra, da tubagem de água que vai da Torreira a S. Jacinto e só depois de essa obra feita é que são feitas as contas finais".

Vogal António Salavessa:

"Eu queria-lhe deixar aqui a minha grande estranheza, porque, a dívida da Associação não era a dívida da Associação, era a dívida da soma das dívidas dos municípios. Não era por acaso que

constava da relação das dívidas do município de Aveiro os 260 mil contos. Portanto a parte correspondente ao pagamento se era uma dívida assumida pela Câmara Municipal de Aveiro devia tecnicamente entrar para se poder pagar, mas isso nós voltamos lá, está paga, mas quanto à forma do pagamento, a entrada e a saída das respectivas receitas, sobre isso podemos falar em Abril."

Neste momento saíram da sala de Sessões os Vogais Vítor Manuel Cepeda Mangerão e João Alberto Simões Barbosa.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, não se verificando mais intervenções, pôs à votação da Assembleia o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para 1997. Que será votado com a ressalva de que não incluirá a aprovação da delegação de competências para as Juntas de Freguesia. Isto foi estabelecido em reunião anterior e portanto fica esta ressalva na aprovação do plano.

Posto à votação foi aprovado o Plano de Actividades e Orçamento, por maioria 19 votos a favor (dezasseis votos PP e três votos do PSD) cinco votos contra (quatro votos PSD e um voto da CDU) cinco abstenções (um voto do PSD e quatro votos PS).

Seguiram-se as seguintes declarações de voto:

Vogal Joaquim Abreu:

"Eu votei a favor, porque no essencial as carências apresentadas à Câmara foram aceites, com excepção de uma. Votei em consciência convicto de estar a defender os interesses da freguesia de Eixo, contrariando o que por vezes se ouve dizer e também, por partir do pressuposto da Câmara vir a cumprir os seus compromissos assumidos neste Plano de Actividades".

Vogal António Salavessa:

"A abstenção do PCP nesta votação, é a demonstração evidente de que esta força política não se orienta pelo eleitoralismo, pelo vota baixismo, contrariamente ao que foi sugerido já nesta sessão da Assembleia Municipal pela bancada do PP. Esta abstenção, não corresponde a falta de opinião, e muito menos a falta de juízo crítico em relação ao Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 1997. Temos uma opinião globalmente negativa, no que diz respeito aos seus conceitos básicos, à falta da elaboração participada, à falta de uma estratégia e de uma definição de prioridades, à inexistência de medidas no que diz respeito à organização dos serviços municipais, e à crescente alienação dos interesses municipais perante interesses empresariais privados. Esta

opinião globalmente negativa, poderia apontar para o voto negativo. Entretanto isoladamente considerados, podem produzir melhorias pontuais no dia a dia de sectores da actividade e da população do Concelho, propostas cuja execução exigimos. Teríamos preferido que um documento desta importância, pudesse ser objecto de alteração na Assembleia Municipal. Teríamos preferido votação na generalidade e votações na especialidade, pois dessa forma diríamos não à generalidade e diríamos sim a alguns pontos concretos. Tais situações não são no entanto possíveis, assim sendo, só resta de facto a abstenção."

Vogal Filipe Brandão:

"Com esta posição a bancada do Partido Socialista pretende traduzir a sua recusa, em avalizar os documentos que integram o Plano de Actividades e Orçamento submetidos à aprovação desta Assembleia para o exercício de 1997. Efectivamente, entendemos que a qualificação atribuída pela Câmara Municipal/PP de plano de continuidade. Mais não foi do que a forma, aliás pouco hábil, que a Câmara encontrou para disfarçar o embaraço resultante do facto de este plano nada conter de verdadeiramente inovador ou arrojado, constituindo antes, um mero repositório de projectos e programas que se vêm penosamente arrastando ao longo dos anos. Temos plena convicção, de que não será com este Plano que Aveiro poderá inflectir, quer a via, quer os processos, de desvalorização periféricos de que têm vindo a ser vítima no quadro de desenvolvimento regional nos últimos anos, comparativamente e em relação a outros pólos urbanos. Ao contrário como plano de continuidade que é, este plano traz consigo o espectro da continuação da perda de influência relativa de Aveiro. Pensamos, além do mais, que perpassa neste plano um indisfarçável sentimento de cansaço e ou desmotivação, por parte dos responsáveis pela sua execução, sendo certo que as estratégias, ou no caso em apreço, a falta delas, estão em indissociavelmente ligados à capacidade de realização dos seus executores. Não vislumbramos neste Plano, nem o rasgo nem o brio necessários e bastantes, para que Aveiro se possa constituir a breve trecho inquestionavelmente, como o polo de atracção e desenvolvimento regional. Porque Aveiro merece mais e sobretudo merece melhor, votamos contra".

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente absteve-me, apesar de reconhecer que este plano, como outros do passado, está cheio de boas intenções, mas também é verdade que de boas intenções está o inferno cheio. E como nos anos passados o exemplo, é de que algumas vezes, que fomos motivados a votar a favor, a execução orçamental, ficou escandalosamente aquém daquilo que estava quantificado nos planos,

não acreditamos de igual modo na execução do que aqui está consignado, e por essa razão me absteve.

Vogal João Tavares:

"Em primeiro lugar eu quero agradecer a atenção na minha bancada, em mais uma vez ser cem por cento democrática e não nos impor a qualidade da nossa votação. Pela primeira vez em onze anos que faço parte da junta de Freguesia, o Plano de Actividades de 1996 foi plenamente executado. Também me sinto satisfeito com este Plano de Actividades para 1997, e a razão do meu voto favorável, é na sequência de eu acreditar que a Câmara Municipal cumpra, com a freguesia de Esgueira, como cumpriu o ano de 1996. Apesar de haver ainda muitas necessidades que nós achamos que deviam ser executadas, mas ficará para outra altura. O nosso muito obrigado."

Vogal Rosa Pires:

"O meu voto contra, pretende sobretudo dar expressão a um sentimento, que é o reconhecimento da necessidade, que considero inadiável de construir um projecto fundamentado, participado e legitimamente ambicioso, de afirmação de Aveiro na sociedade portuguesa. Voto contra um plano que não se enquadra, não traduz e não procura promover a construção desse projecto."

Vogal Jorge Nascimento:

"Votámos a favor este plano, por entendermos que é realista, bem sustentado por este executivo, que consigna um conjunto de acções, que tal como antes, vem ao encontro dos interesses e do bem dos munícipes o que para nós é fundamental. Representa a continuidade no desenvolvimento e esperamos com a sua concretização continuar a merecer o apoio dos eleitores."

Sr. Presidente da Mesa:

"No seguimento de um reparo apresentado pela Assembleia Municipal à Câmara, numa reunião anterior e a propósito deste Plano de Actividades, a Câmara apresentou uma proposta para desanexação de outra proposta, que era apresentada no Plano de Actividades e que se refere à delegação de competências para as Juntas de Freguesia. Considerando que essa proposta esteja dentro do que a lei consigna, eu ponho à sujeição da decisão da Assembleia, a admissão desta proposta que diz o seguinte: Dando sequência à proposta que faz parte integrante do Plano de Actividades para o ano de 1997, submete-se à aprovação da Assembleia Municipal a delegação nas Juntas de Freguesia a execução das obras constantes da relação anexa, de acordo com o disposto na alínea s do n.º 2, do art.º 39º, do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, que se transcreve "Autorizar, quando se presuma que disso

resulte beneficio para o interesse comum, a prática, por parte das juntas de freguesia, de actos da competência da câmara municipal",

No seguimento foi questionada a Mesa, em relação à proposta descrita, seguindo-se as seguintes intervenções:

Vogal Filipe Brandão:

"Esta proposta que hoje é trazida é uma proposta da Câmara Municipal? "

Presidente da Mesa:

"Esta que eu estou a ler é, e foi apresentada no seguimento ..."

Vogal Filipe Brandão:

"Não, se há uma sequência de uma deliberação da Câmara Municipal, V. Ex.^a está a ler um ofício do Sr. Presidente da Câmara, eu creio que não há nenhuma deliberação da Câmara Municipal para trazer a esta Assembleia essa matéria".

Sr. Presidente da Mesa:

"A interpretação que eu dou, Dr. Filipe Brandão, é que esta proposta estava apresentada por deliberação da Câmara no próprio Plano. O plano de Actividades e eu posso ler esta parte do Plano para esclarecimento".

Vogal Filipe Brandão:

" Sr. Presidente se estava no Plano de Actividades, como sabe, houve da Câmara votos contra o Plano de Actividades e portanto legitimamente poderiam ser inferidos que também seriam contra isto."

Sr. Presidente da Mesa:

"Não, isso não, porque foi anunciado antes da votação do Plano, que este ponto não seria considerado, no seguimento de uma manifestação da Assembleia."

Vogal Filipe Brandão:

"Se não era, e passou a ter dignidade formal autónoma, tem que ser objecto de uma deliberação camarária, e o que ainda não me respondeu se de facto foi ou não."

Sr. Presidente da Mesa:

"Sr. Dr. Filipe Brandão estou a procurar simplificar as coisas sem incorrer em ilegalidades, e na minha opinião, há uma questão de formalizar uma situação. A deliberação da Câmara Municipal e portanto a Câmara Municipal na sua reunião do executivo, deliberou além do que está no Plano de Actividades, propor que fosse feita uma delegação de competências nas juntas de freguesia para aqueles efeitos."

Portanto, esta é uma decisão da Câmara Municipal. Somente a Assembleia não concordou que fosse votado conjuntamente; portanto eu acho que considerando uma maneira prática e sem incorrer em ilegalidades, a Assembleia poderá aceitar, que esta posição seja a posição assumida pela Vereação portanto pelo executivo camarário. Somente há aqui agora um problema, unicamente de separar dois documentos."

Vogal António Salavessa:

"Eu acho que a primeira lição que a Câmara tem a retirar é, isto era tudo muito simples, era tudo muito pacífico, faziam o Plano e Orçamento, agendavam a seguir o ponto da descentralização das competências e nada deste imbróglio se teria passado. A segunda questão é a seguinte: ninguém questionou a opção política que está prevista no Plano de Actividades. Houve intervenções, houve discussão na especialidade, na opção política ninguém questionou o que está integrado. Entretanto do ponto de vista formal, isto houve para aqui uns arremedos, isto é um arremedo, são arremedos que eu pessoalmente estou disposto a fechar os olhos ao seu formalismo, para passarmos adiante, isto claro em minha opinião, numa matéria que tanto quanto me parece, pelo menos até ser discutida, me parece consensual. O facto aqui trazido pelo Dr. Filipe Brandão, esta perspectiva, colhe como poderia colher outras coisas, como poderia colher a votação hoje não ser feita, a não ser que haja uma maioria de 2/3 que admita o ponto, portanto há uma série de questões formais que andam à volta desta questão e que cada uma delas é um problema. Mas eu repito, do ponto de vista pessoal e da força que eu represento, pela matéria que é, estou disposto a não fazer finca pé nas questões formais. Agora em relação à separação desta deliberação da restante do Plano de Actividades, a não ser que a acta que nos foi enviada seja omissa, nenhum dos vereadores questionou esse aspecto particular, portanto esteve de acordo implicitamente com este arremedo que aqui está. Eu sou claramente a favor da admissão e que se passe adiante nesta matéria, até para poder justificar a razão porque insisti na separação das votações".

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, a bancada do PSD, pela transcendência de que se reveste esta importante decisão para as freguesias, também ultrapassa a questão legal e permita-me Sr. Presidente da Câmara que diga que é mais uma vez, o resultado da distração, por muito boa vontade que haja dos serviços, porque podia ter sido perfeitamente agendado este ponto."

Vogal Diogo Machado:

"Sr. Presidente, no seguimento das intervenções que me antecederam, nomeadamente do Sr. Salavessa e do Sr. Armando Vieira, também a bancada do PP, se mostra disposta a discutir, a admitir esta proposta, a discuti-la, no melhor interesse das freguesias deste Concelho. É pena é que nem todos estejam dispostos a fazê-lo."

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a admissão desta proposta, vindo a mesma a merecer aprovação 26 votos a favor e 3 abstenções e sem votos contra.

Admitida a proposta, foi a mesma posta à discussão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia. Aberta a discussão usaram da palavra os seguintes vogais.

Vogal Armando Vieira:

"Queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, para quando a delegação efectiva das competências, qual o calendário das transferências financeiras e naqueles casos em que comprovadamente, apesar de estar aqui a listagem das ruas no caso concreto da minha freguesia, está claramente dotada insuficientemente. Eu queria saber se a listagem consagrando as ruas que aqui estão, vai ter a necessária rectificação orçamental ou se teremos que tirar ruas dessa listagem."

Vogal António Salavessa:

"Também se colocou a questão que são várias delegações de competências e que não é só uma, e que devia ser objecto de deliberações separadas. Eu entendo que não, que pode ser assim, pode ser assim. Agora a concretização de cada uma delas é que tem que fazer o seu percurso normal, isto é, a deliberação da Junta a aceitar e a deliberação da Assembleia de Freguesia a ratificar, mas isso não estou aqui a ensinar o "Padre Nosso ao Cura", os senhores saberão muito bem como é que deve ser feita. Eu queria manifestar a minha opinião favorável, (caso seja, sempre com esta ressalva) portanto, o acto de o município descentralizar estou de acordo com ele se as Juntas o quiserem aceitar, é evidente; não é essa parte do gesto que interessa, não quer, não aceita. E quando insisti na separação, é porque de facto eu não queria ter para este acto, para o qual posso votar de maneira diferente, ser obrigado a ter a mesma votação que para o Plano de Actividades. Esta era uma questão essencial."

Vogal Joaquim Abreu:

"Neste aspecto eu pedia a melhor atenção da Câmara para não suceder o que sucedeu no ano passado, porquanto a delegação de competências deu-se muito tardiamente e as obras neste momento ainda

não estão executadas. É bom que se pense em transferir as competências, abrir os concursos, etc. mais cedo; porque senão neste momento a minha freguesia ainda não começaram a fazer as asfaltagens."

Vogal Fernando Marques:

"Sr. Presidente, isto é o resultado da política que o Sr. tem vindo a seguir. Depois da abertura que começou a dar às Juntas de Freguesia, dignificando-as, dialogando com elas, este é o complemento da sua política de descentralização. Essas reuniões que em boa hora o Sr. pensou fazer com as Juntas de Freguesia, dignificou a Câmara, dignificou as Juntas, nós mesmos Presidentes de Juntas passámos a conhecer-nos melhor e a identificarmo-nos melhor, uns com os outros. Isto leva a concluir que o Sr. está atento aos problemas das Juntas, à valorização dessas autarquias, e admito também, que o Sr. teve a sensibilidade suficiente, para acreditar que os Presidentes de Junta são bem capazes de executar as obras, visando sempre o progresso da sua freguesia e do seu concelho. Bem haja pela política, penso que está correcto, está no caminho certo, continue assim que continua bem. Muito obrigado."

Sr. Presidente da Câmara:

"As questões que aqui se levantaram para as quais eu tenho que dar resposta concreta são: Quando é que distribui a verba? A questão do arruamento que diz respeito a duas freguesias? Também não me tinha passado pela cabeça, que tivesse sido aqui incluído na delegação de competências um arruamento que seja limite com duas freguesias. Sobre a distribuição de verba, nós não temos calendário, mas pode ficar aqui assente que, depois desta autorização, da aprovação desta proposta pela Assembleia e desde que formalizado todo o processo que os Srs. Presidentes da Junta têm lá com as Assembleias de Freguesia. Nessa data ao saber-se da vossa decisão em termos de Assembleia de Freguesia, a Câmara envia 50% da verba que está em cada uma delas. No início ou no decorrer da obra serão transferidos os restantes 50%. Foi feita aqui uma outra pergunta que é o caso da verba ser de 9 000 contos e afinal de contas foi a 9 500 contos. Bem, a Câmara estará atenta a isso, porque além da delegação feita, o que interessa é que ela seja cumprida pelas Juntas, há com certeza as mesmas hipóteses que houve no ano passado. Quanto ao arruamento que tem duas freguesias, aquela Junta de Freguesia que ficou com a delegação de competências efectua o trabalho total do arruamento, porque se fosse a Câmara Municipal, porque isto é uma delegação de obras da Câmara, se fosse a Câmara também o fazia."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, falando em meu nome, como Presidente da Junta de Freguesia da Oliveirinha, e não querendo chamar às minhas posições os restantes Presidentes de Junta. Eu quero dizer que esta delegação de competências e os contratos programa do ano findo, não resultam só da cedência e da vontade magnânima do Sr. Presidente da Câmara, como parece alguém querer aqui deixar transparecer. Isto resulta claramente, e eu lamento que um colega meu Presidente de Junta se esteja a auto-diminuir; isto resulta claramente, de uma conquista das Juntas de Freguesia, é bom dizê-lo, de longos anos de luta por este tipo de delegações de competências, que está provado, embora não estejam muitas das obras ainda executadas, que no caso do ano findo resultou claramente num benefício para as populações e num alívio de trabalho e numa diminuição de encargos para o município."

Não se verificando mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu esta proposta à votação da Assembleia. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por unanimidade.

Seguiram-se as seguintes declarações de voto:

Vogal Rosa Pires:

"Posso falar em nome da bancada, a bancada do PSD votou a favor. Porque esta proposta é uma proposta de ruptura, em relação às políticas anteriormente assumidas pelo executivo."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, o Sr. Prof. Rosa Pires já falou em nome da bancada, mas queria apenas dizer em meu nome pessoal que, votei a favor, é salutar este tipo de iniciativas, é um benefício para toda a gente, é um alívio de trabalhos para a Câmara; e votei a favor consciente e confiante de que a Câmara na quantificação dos custos das ruas que constam da lista, venha a considerar, as verbas necessárias, dado que em alguns casos são nitidamente insuficientes."

Vogal Virgínia Veiga:

"Votei a favor por ser extremamente favorável à filosofia subjacente à delegação de competências; neste caso para as Juntas de Freguesia. Não obstante, estar obviamente contra, como se viu, o tipo de competências que neste caso são transferidas."

Vogal Filipe Brandão:

"É apenas para frisar, que não obstante concordar na essência e na filosofia, entendo, que o acto que hoje praticámos está ferido de anulabilidade, e portanto, mas isso em consequência da votação anterior e não desta, mas portanto decorrentemente estará."

Terminados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia, a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Não se registando mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00.30 hora do dia 14.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.


António de Sousa Dias, Presidente
Manuel Augusto Bolal, Secretário

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 67

ACTA EM MINUTA DA QUARTA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO
MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO
REALIZADA EM 13.01.97

Aos treze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se a quarta reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro da Assembleia Municipal de Aveiro.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos foram abordados os seguintes pontos que após discutidos mereceram a seguinte votação:

PONTO Nº 2 - CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1997;

APROVADO POR MAIORIA DE 19 VOTOS A FAVOR,
5 VOTOS CONTRA E 5 ABSTENÇÕES

Experiencia - aprovada por Delegação de competência nas juntas de freguesia - aprovada por unanimidade

~~PONTO Nº 3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS E ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA 1997;~~

~~APROVADO POR MAIORIA DE VOTOS A FAVOR, VOTOS CONTRA E ABSTENÇÕES;~~

~~PONTO Nº 4 - PLANO DE PORMENOR DO PICOTO - OLIVEIRINHA - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO;~~

~~APROVADO POR MAIORIA DE VOTOS A FAVOR, VOTOS CONTRA E ABSTENÇÕES.~~

[Handwritten signatures]